



ELD



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

ANO XIX

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Novembro 1992 — 100\$00



Na natural e responsável

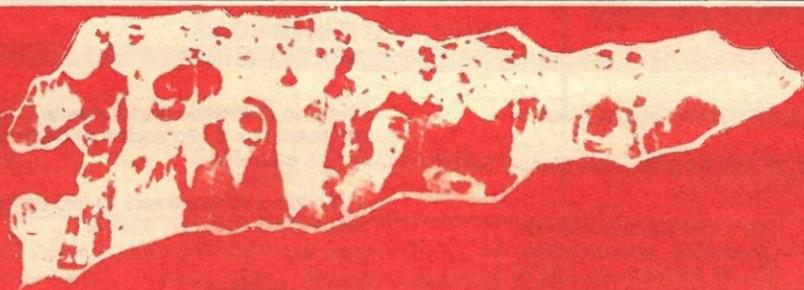
alegria

do nosso

18º aniversário

não nos queremos esquecer dos
nossos irmãos de Angola e Moçambique e de todos quantos continuam

vítimas da guerra, da fome, da ignorância, da intolerância e de todas as formas de violência, em especial as crianças.



**TIMOR!
SEMPRE!**



HOMENAGENS

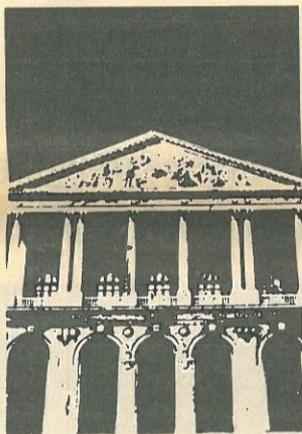
Região Militar de Lisboa

Com a presença dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas e do Exército, do Comandante da Região Militar de Lisboa, do director da Academia Militar e de outras altas patentes militares, além de diversas entidades e convidados civis, entre elas o Presidente da Direcção Central da ADFA, teve lugar, no passado dia 12 de Novembro, na capela do Paço da rainha, a tradicional cerimónia de homenagem aos militares mortos.

Armistício da I Grande Guerra

No dia 8 p.p. foi comemorado, com homenagem, deposição de flores e desfile militar, junto ao Monumento aos Combatentes, na Av. da Liberdade, em cerimónia que, organizada pela Liga dos Combatentes, foi presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, o 74.º aniversário do Armistício da I Grande Guerra, tendo estado presentes, pela ADFA, os Presidente e Vice-Presidente da Direcção Central.

ções, tanto mais que, como se recordou, foi cedido militar, nos anos 80, em Bona.



Assembleia da República

Conforme se dá também notícia em «Informação aos sócios», a Direcção Central foi recebida, a pedido seu, pelo grupo parlamentar do PSD, a fim de expor aos respectivos membros, o seu ponto de vista quanto à questão do pedido de autorização legislativa referente à aquisição de viatura própria.

**Participando
construímos
o futuro**

Câmara Municipal de Lisboa

No passado dia 16, a Direcção Central deslocou-se ao gabinete do vereador Vasco Franco, da Câmara Municipal de Lisboa, a fim de tratar de questões relacionadas com a construção da nova sede, seus acessos e espaços verdes, tendo sido aproveitada a ocasião para uma troca de impressões sobre outras áreas que dizem respeito aos deficientes, nomeadamente quanto a parques próprios de estacionamento, na cidade.

O autarca, com a maior abertura, recebeu as infor-

mações que lhe foram prestadas e entendeu as preocupações manifestadas, garantindo o seu pessoal acompanhamento nos processos a desenvolver por outros pelouros quanto a matérias que ao seu não digam directamente respeito.

A finalizar a reunião de trabalho, foi endereçado convite, através do eng.º Vasco Franco, para que o presidente da edilidade visite, logo que possível, as obras de construção da nossa futura Casa, convite que também foi extensivo ao próprio.



TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas remodeladas e modernizadas secções de:

**ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA**

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

**LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES**

Contactar: **Tipografia-Escola ADFA**
(sr. Mário Mendes)
H. M. P. — Anexo Campolide
R. Artilharia Um, n.º 107
1200 LISBOA
☎ 65 35 93



e o seu 18.º aniversário

Ao comemorar-se mais um aniversário do nosso jornal, entendeu fazê-lo de uma forma diferente do habitual, não com qualquer sessão pública ou convívio privado, mas abrindo as suas páginas à colaboração, solicitada e prontamente correspondida, de entidades, e pessoas, ligadas a sectores não apenas relacionadas com actividades afins da ADFA, mas também com áreas muito especialmente queridas do ELO, como sejam a das crianças e a do desporto para deficientes (embora se reconheça que este, ultimamente, e por causas que nos são relativamente estranhas, tem andado arredado do nosso espaço).

Curioso notar, por absoluta coincidência só constatada já em cima da hora, pode-se dizer, que das quatro instituições hoje presentes nesta

edição, três estão também, neste período, a celebrar os seus aniversários:

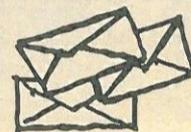
«Record» — 43 anos em 25 de Novembro;

«AMI» — 8 anos em 5 de Dezembro e

«UNICEF» — 46 anos em 11 de Dezembro.

A todas elas, incluindo também o INDC, de que não sabemos a data de criação, os votos solidários das maiores felicidades e de que do seu trabalho saiam os melhores frutos, incluindo mais esperança e mais consciência para um Mundo justo e pacífico.

Nota da Redacção: por um erro indesculpável, de que nos penitenciamos, no ELO último vem referido o mês de Novembro em vez de Outubro, como certamente os nossos leitores terão reparado. De facto as nossas desculpas.



Correspondência

Entre as várias mensagens recebidas por ocasião do 18.º aniversário do ELO, e que agradecemos, permita-se-nos a transcrição da carta enviada pelo nosso sócio, leitor, amigo e colaborador, José Palos:

«Passando no próximo dia 23 do corrente mês o 18.º aniversário do nosso jornal ELO» venho por este meio desejar-lhe longos e felizes anos de vida e apresentar os meus parabéns e felicitações a quantos nele trabalham.

Embora não possa, por motivos vários, deslocar-me a Lisboa nesta data, como algumas vezes já sucedeu, nem por isso esqueço o nosso jornal, o qual aguardo e leio, sempre com muito interesse, não só quando se espera pelo aumento da pensão ou de outra qualquer melhoria, mas também quando nos dá a triste notícia do desaparecimento dos amigos que a morte vai levando do nosso convívio.

Ainda antes do 25 de Abril, quando apenas era permitido sonhar, em carta dirigida ao então Presidente da Associação Nacional de Deficientes, eu perguntava se havia alguma publicação periódica

dedicada aos problemas dos deficientes e a maneira de adquiri-la. Por isso quando o ELO surgiu e dele tive conhecimento foi para mim como que o nascimento de um filho muito desejado. Pena é que eu pouco mais possa fazer por ele do que recordá-lo no dia do seu aniversário.

É tudo por hoje. O recordar à ADFA os problemas por mim já há muito apresentados e que aguardam solução, fica para outra vez.»

José Monteiro Palos
Sócio n.º 2233

De um grupo de sócios de Cascais recebemos uma carta informando-nos da intenção de enviarem a dois órgãos da comunicação social daquela zona, dois artigos (cujas cópias se juntavam) sobre as declarações públicas de um vereador local, ofensivas da dignidade e do respeito devidos à pessoa deficiente, assunto esse que, aliás, foi tema para o nosso Editorial do mês passado e objecto, por parte da Direcção da ADFA, de uma chamada de atenção a vários responsáveis políticos e autárquicos.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

INFORMAÇÕES AOS SÓCIOS

Legislação

— Aquisição de viatura

A Direcção Central enviou aos Secretário de Estado da Defesa Nacional, Secretário Nacional de Reabilitação e presidente do grupo parlamentar do PSD, tendo mesmo sido recebida por este último (ver «Agenda»), uma exposição em que esclarece a posição e entendimento da ADFA quanto a um recente pedido de autorização legislativa contida no orçamento Geral do estado para 1993, em que se pretende incluir os DFA's no Decreto-Lei n.º 103-A/90, de 22 de Março, contrariando desta forma o espírito do DL 43/76, sem que, no entanto, a Associação recuse a necessidade de harmonização e adequação do que está em causa, até mesmo no benefício geral de toda a pessoa deficiente, escrevendo nomeadamente:

«... Os direitos dos DFA's contidos no art.º 15.º do DL 43/76, de 20JAN, têm uma natureza indemnizatória, integrando-se na reparação material e moral reconhecida aos mesmos.

As disposições do DL 103-A/90, de 22MAR, alicerçam-se, por sua vez, tão somente nos conceitos da reabilitação e integração socio-profissional e familiar que o estado se obriga a assumir.

Em face das situações distintas que as normas em causa visam abranger, não se nos afigura que sobre as mesmas se devam tecer objectivos de igualização que, a nosso ver, não se justificam, devendo as duas regulamentações permanecer em virtude das suas diferentes finalidades.

... A respeito desta matéria, dado que o DL 103-A/90 se dirige também aos deficientes militares em serviço, e em virtude dos conceitos de reabilitação que a A.D.F.A. defende e que se encontram consagrados na Lei de Bases da Reabilitação, fazem-se, por se considerarem oportunas, as seguintes considerações sobre as disposições do DL 103-A/90 que não se coadunam com aqueles princípios e que poderão, a propósito desta autorização legislativa, serem melhoradas.

a) A família é uma vertente essencial em todo o processo da reabili-

tação e integração da pessoa com deficiência. O DL 103-A/90 põe em causa este princípio na medida em que autonomiza a pessoa com deficiência, e os seus bens, em relação àquela, que não poderá usufruir destes, cabalmente, como património familiar.

Repare-se, por exemplo, que se a esposa conduz o marido deficiente ao hospital, tendo de internar este, não poderá utilizar o veículo no percurso de regresso. na vida familiar quotidiana, situações análogas e que se tornam caricatas, acontecem vezes sem conta.

Deste modo, todas as normas do DL 103-A/90 que impedem a utilização do veículo adquirido nos termos deste diploma, por todos os elementos do agregado familiar, são contrários aos princípios da reabilitação e prejudicam o normal relacionamento da família, que contribui, em conjunto, para a integração da pessoa com deficiência.

Por outro lado, entende-se que há uma limitação do direito de propriedade, na utilização do veículo, que não tem razão de ser e é de duvidoso suporte legal.

Assim, não deverá ser exigida a titularidade de carta de condução ao beneficiário do direito estabelecido no DL 103-A/90, podendo, no mínimo, todas as pessoas do agregado familiar conduzir o veículo adquirido nessas condições.

b) Considera-se que a definição de «deficiente motor» constante do DL 103-A/90, é demasiado restritiva, não abrangendo casos que a tornam bastante injusta. Um dos exemplos pertinentes é o do cegos que não sejam multideficientes.

Afigura-se-nos que a definição do mesmo conceito feita nos n.ºs 3 e 4 do art.º 1.º do DL 235-D/83, de 1JUN, revogado pelo DL 103-A/90, é adequada aos fins pretendidos, substituindo com vantagem, pelo rigor e justiça, a actualmente vigente.

Observe-se que na génese daquela definição esteve o Secretariado Nacional de Reabilitação, como organismo coordenador da política de reabilitação, e no qual tem assento os Departamentos do Estado e as Organizações de e para as pessoas com deficiência...»

Serviço de Apoio Social e Médico

No sentido de melhor esclarecer os associados quanto ao alargado âmbito do apoio prestado por este serviço da Sede, um exemplo mais ocorreu neste período e do qual, por isso, se dá aqui conhecimento.

Foi o caso de um nosso sócio, com familiares em Luanda, que tendo recorrido ao departamento por se encontrar grandemente preocupado, face aos últimos acontecimentos na capital angolana, com a falta de notícias dos seus, em poucos dias, e em resposta às diligências ime-

diatamente encetadas, recebeu as desejadas informações, via fax, felizmente boas e tranquilizadoras.

Stress da guerra

Agora também integrando não sócios que apresentam distúrbios e sintomas próprios, iniciou-se no passado dia 10, na Sede, mais uma psicoterapia do grupo do «stress da guerra», a qual se prolongará por um período de 12 sessões.

Despesas com a saúde (medicamentos)

Conforme circular recebida no DASC, os beneficiários das ADM, não

apresentados que pretendam obter as suas declarações relativas a despesas de saúde, em 1992, comparticipadas parcialmente e que, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 55.º do Código do IRS, possam ser deduzidas ou abatidas aos respectivos rendimentos, na parte não reembolsada, deverão contactar, para o efeito, a respectiva Repartição do seu Ramo, de que se dá as moradas:

Armada (ADMA) — Chefe da 5.ª REP, Praça do Comércio, 1100 LISBOA;

Exército (ADME) — Chefe da RADM/DSF, Rua Rodrigo da Fonseca 180, 1000 LISBOA;

Força Aérea (ADMFA) — Director da DSP/ADMFA, Alfragide, 2700 AMADORA.

Benefícios Fiscais

À semelhança do REGIME fiscal actualmente estabelecido para os deficientes (com incapacidade igual ou superior a 60%), com rendimentos do trabalho, concede-se aos deficientes reformados um benefício fiscal em sede do IRS, que se consubstancia numa isenção de 30% dos rendimentos da categoria, conforme Decreto-Lei n.º 187/92 de 25 de Agosto.

O reembolso do imposto descontado antes da publicação deste diploma pode ser feito mediante uma carta ao Chefe da SPR — 8 da Caixa Geral de Aposentações, ou aguardar o reajustamento através do Boletim do IRS.

EDITORIAL



O ELO completou, no passado dia 23 de Novembro, 18 anos de publicação regular, dedicando, em objectivo prioritário, a sua actividade editorial, desde o n.º 0 até este n.º 215, à divulgação das matérias ligadas à reabilitação e integração da pessoa deficiente, em geral, e dos deficientes militares, em particular, na sensibilização de entidades e opinião pública para tal problemática, sempre na finalidade da alteração de mentalidades, promotora de mudança de atitudes em relação aos cidadãos afectados por incapacidades físicas e/ou psíquicas que, ainda nos nossos dias, obstam à sua plena inserção na comunidade.

O nosso jornal, janela aberta para o exterior da ADFA, sempre constituiu, no que leva de existência, um forte elemento de coesão dos associados, motivando-os e dinamizando-os para a vivência de práticas associativas, tornando-se, por outro lado, pelo seu cariz específico e pela sua ininterrupta intervenção formativa e informativa, em referência singular no parco, mais por falta de condições do que de vontades, panorama editorial português virado para tão ampla temática, à qual não dedica, e por vezes mal quando o faz, os espaços merecidos e necessários, à grande «comunicação social».

Temos perfeito entendimento de que o reconhecimento e atenção que a sociedade deve prestar aos que, embora diminuídos, não enjeitam o seu esforço à causa comum, só se mantém e incentiva com uma opinião pública perfeitamente conhecedora da realidade e, por tal, motivada para contribuir, como força de pressão, na resolução dos problemas que os afectam e na busca de soluções para que lhes seja permitido o mais elementar direito a uma dignidade compartilhada, em total e simultânea participação e absorção no meio social envolvente, condição basilar para o alcance de uma normal felicidade.

Dezoito anos de vida, de experiências e de dificuldades feitas, são uma manancial e uma garantia de que o ELO se manterá firme e intransigente na defesa e divulgação dos objectivos e anseios dos deficientes portugueses, ponto de referências para os deficientes militares, guardião e impulsionador do rico historial que a ADFA encerra, diamantado activo das suas realizações, voz atenta e autorizada sempre que, feito por quem for, estejam em causa os mais elementares direitos que a todos aqueles devam ser reconhecidos.

No entanto, para que tal realidade se mantenha e amplie, é imprescindível uma maior participação de todos nós, já que o ELO a todos pertence. As críticas, sempre bem-vindas, as colaborações, sempre pedidas, e a leitura atenta, sempre desejável, serão a garantia da longevidade activa, da intervenção coerente e da divulgação séria e correcta dos nossos ideais e objectivos, revelando-os como associação e como força interventora na mudança positiva e urgente da sociedade, no virar da página da História que coincide com o final do século XX.

O Director

TIMOR SEMPRE!

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, na passagem do 1.º aniversário do massacre no cemitério de Dili, curva-se perante a memória dos que tombaram em nome da liberdade e da dignidade do Homem.

Como portugueses que somos, juntamo-nos ao todo nacional, no sentido de manifestarmos a nossa solidariedade e a condenação do governo da Indonésia, pelo atentado cometido contra o povo maubere.

Como membros da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra — FMAC, organização que congrega mais de 30 milhões de homens que viveram os horrores da guerra, com toda a legitimidade queremos reafirmar o nosso empenho e no sentido de contribuirmos para que ao povo de Timor-Leste seja restituída a Liberdade, a Paz e a autodeterminação, no sentido de poder escolher livremente o seu caminho.

(Texto da mensagem enviada em 12 de Novembro último, pela Direcção Geral da ADFA, às mais altas autoridades da Nação e à «Comissão para os direitos do povo maubere»).



NECROLOGIA

Este mês, infelizmente, além do espaço que dedicamos aos sócios falecidos, referências extraordinárias há que fazer a três pessoas recentemente falecidas que, pela sua ligação à ADFA e/ou à problemática da deficiência, nos deixaram mais intensa, se é possível, lembrança.

Embora o respectivo recordar seja feito por quem mais de perto os conheceu. ELO permite-se

uma palavras próprias para aquela que foi sua próxima colaboradora durante cerca de 5 anos, Luísa Braga, funcionária da ADFA/Sede que tantos

sócios pessoalmente também conheceram, dado o seu trabalho no DASC.

De uma simpatia e trato bem afáveis, a Luisinha nunca nos deixará porque,

NUNCA SE MORRE QUANDO SE PERMANECE NO CORAÇÃO DOS QUE FICAM.



A uma querida colega

Que ingenuidade a nossa quando, no incessante derrubar de obstáculos que é a vida, acreditamos que somos invulneráveis.

Mas nada é eterno e, conseqüentemente, confrontados com a morte somos todos de uma fraqueza abismal.

Ficámos recentemente sem uma querida amiga, levada pela tão inevitável e dolorosa perda que é o de-

saparecimento físico de uma pessoa.

A Luísa era para nós uma companheira, partilhávamos diariamente alegrias e tristezas, recebíamos e dávamos conselhos, troca de impressões e apoio nos dias mais difíceis. É destes pequenos nada que se compõe o dia-a-dia e a Luísa fazia parte dele.

Quero aqui também deixar, neste momento de profundo desgosto, os nossos sentimentos à família de Luísa e que tenham a certe-

za de que recordaremos a nossa colega com grande saudade, sim, mas também com simpatia e carinho, pois é assim que a Luísa reside nos nossos corações.

Fisicamente a Luísa deixou de fazer parte do nosso quotidiano, mas permanecerá a lembrança saudosa da colega e companheira que sempre foi.

ADEUS LUÍSA
MIRA

Retenho ainda a sua figura algo desajeitada de um Homem simples e feliz, bem disposto e disposto a compreender e desculpar as muitas «traquinices» dos nossos vinte anos.

Recordo-o quando um dia, durante um jantar no quarto dos portugueses no hospital, em que nós fomos os cozinheiros do «batatas com bacalhau, claro!», exclamou: «Os portugueses são muito barulhentos. Mas eu até já gosto desse barulho, pois é sinal de juventude e de vida e a vida é algo de extraordinário. Quando não estão cá, chego a ter saudades do barulho».

Era assim aquele Homem!

E nós podemos compro-

quantos tiveram o privilégio de o conhecer.

Na última hora, eu não o poderei esquecer!

Também não poderei deixar de lhe dizer um muito obrigado!

O último adeus... ainda não sei quando o direi!

Carlos Fanado
Sócio n.º 276

Em relação ao falecimento do dr. Traut, para além de um imediato telegrama de condolências enviado à sua família, a ADFA remeteu, ao cuidado de Pedro Macedo, no Consulado Geral de Hamburgo, que representou a nossa Associação no fu-

Dr. Traut — um adeus, amigo

São 23 horas do dia 24 de Novembro. O telefone toca e do outro lado da linha vem a notícia: «morreu o dr. Traut!»

Já tinha sido há uma semana, mas eu nada sabia.

Não fiquei surpreendido, pois já em Junho de 1990, a última vez que o vi em sua casa, encontrava-se muito doente. Já não era o mesmo Homem, mas sim alguém que sofria.

Apesar de tudo a notícia deixou-me triste!

Sei que é a lei da vida, mas este foi um dos Homens que se libertou da lei da morte.

Talvez por isso, aqui estou prestando-lhe uma última homenagem, o que me obriga a fazer uma viagem ao passado.

É uma viagem calma, pois foi um Homem que marcou a vida de muitos e muitos deficientes militares portugueses que, ao longo dos anos, receberam tratamento em Hamburgo; eu sou um deles.

Quem não conheceu este Homem?

Dr. Traut, capitão de mar e guerra, médico especialista de ortopedia, chefe dos Serviços de Ortopedia do Bundeswehrkankenhaus, em Hamburgo.

Quem não admirava o indivíduo que durante tantos e tantos anos, desde o primeiro momento, esteve ao lado dos deficientes portugueses, tratando-os dos ferimentos do corpo e da alma?

Estou certo de que todos quantos conheceram o «amigo» Traut se sentem ainda hoje marcados pelo seu profissionalismo, sentido de justiça, bondade e, acima de tudo, pelo amor que dedicou a todos quantos passaram por aquele hospital.



vá-lo quando nos visitou na ADFA. Sentiu-se emocionado com a recepção calorosa de tantos portugueses que com um abraço lhe exprimiram o seu «muito obrigado». Sentiu que era respeitado e amado pelos cidadãos de um país que muito lhe deve.

Há muito que tinha deixado o hospital. O seu estado de saúde não lhe permitiu continuar a lutar pela saúde e bem estar de todos para quem a vida é uma constante luta.

No entanto, o seu nome sempre foi e será um marco histórico na vida de todos

neral, uma sentida mensagem em que se enaltece a personalidade vincada, como cientista e como Homem, daquele que foi sempre, e em cada momento, um dedicado Amigo dos deficientes militares portugueses, salientando ter sido a sua dedicação e profissionalismo uma das principais causas quer para uma verdadeira reabilitação e reintegração daqueles quer para a formação de capazes quadros técnicos nas áreas de ortopedia e fisioterapia

SÓCIOS FALECIDOS

ÁLVARO JOSÉ FONSECA RODRIGUES, natural do Porto e residente em Lisboa, faleceu no passado dia 28 de Maio de 1992.

Deficiente com 80% de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique.

FERNANDO COELHO MOREIRA, sócio n.º 8530, natural e residente em Campo, Valongo, faleceu no passado dia 9 de Agosto de 1992.

Deficiente com 100% de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola.

ADELINO DA COSTA, sócio n.º 1015, natural e residente em Caranguejeira, concelho de Leiria, faleceu no passado dia 20 de Setembro de 1992.

Deficiente com 64% de desvalorização.

Deixa viúva a sr.ª D. Maria Alice Caeira Mónica.

MANUEL FERNANDO SOARES PINTO VALENTE, sócio n.º 6472, natural e residente em Soalhães, Marco de Canaveses, faleceu no passado dia 29 de Setembro de 1992.

Deficiente com 91,25% de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique, em rebentamento de mina A/P.

JOSÉ HORÁCIO DA COSTA FLORIANO, sócio n.º 6071, natural e residente em Moura, concelho de Moura, faleceu no passado dia 15 de Outubro de 1992.

Deficiente com 50% de desvalorização, sofre o seu acidente em Angola, em rebentamento de mina.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

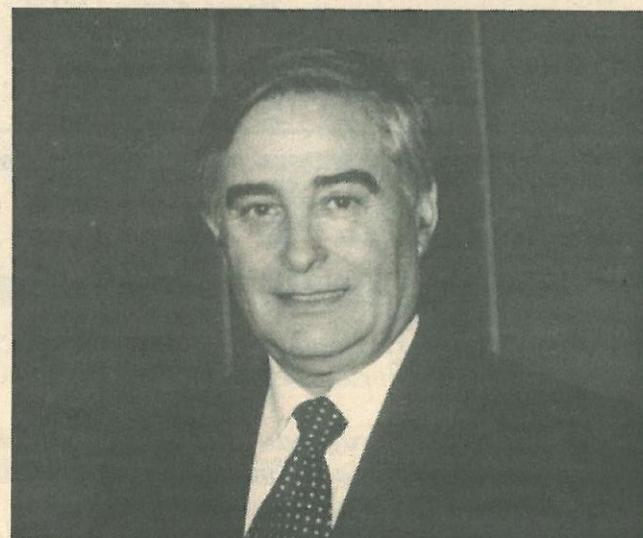
À memória de um amigo

Foi em fins de 72, já lá vão 20 anos, que o conheci.

A informação, vinda de Angola, de que na Feira Industrial de Luanda se encontrava patente o protótipo de um equipamento inventado por um português, Jaime Magalhães Filipe, destinado a ser utilizado por pessoas cegas, foi motivo para um encontro e uma primeira troca de impressões com aquele que viria a ser o produtor de um programa televisivo, «Novos Horizontes», especialmente consagrado à problemática dos deficientes.

Desse primeiro encontro resultaram uma amizade e um relacionamento mútuos que ao longo dos anos se traduziram numa estreita colaboração em acções e iniciativas, sempre dirigidas às questões da reabilitação, nomeadamente no que diz respeito à engenharia de reabilitação. Assim surgiram algu-

mas concretizações neste âmbito, os contactos com o Instituto de Investigação Tecnológica de São Francisco, a criação do CIDEF no âmbito da Associação Portuguesa de Inventores e a produção dos «Novos Horizontes».



Este programa foi a grande aposta de Jaime Filipe no sentido de dar a conhecer à sociedade uma realidade de quase todos desconhecida e, sobretudo, divulgar equipamentos,

meios e soluções expeditas capazes de se constituírem em preciosas ajudas ao serviço dos deficientes em geral.

Recordo aqui com saudade, o dia em que no palco do Teatro Villaret, transformado então em

estúdio de televisão, Jaime Filipe, no seu estilo afável e brincalhão, me orientava para fazer a apresentação do primeiro programa da série «Novos Horizontes».

A forma empenhada com que ele defendeu a continuidade deste programa, o contributo dado à divulgação de toda a problemática dos deficientes e às instituições com eles relacionadas, a sua total dedicação e disponibilidade para a investigação, desenvolvimento e difusão de novos materiais técnicos e meios, fazem com que o seu nome seja aqui publicamente recordado e merecedor do nosso reconhecimento. Sendo o ELO a voz da A.D.F.A., instituição que ao longo de 18 anos se tem afirmado na vanguarda da defesa dos mais altos valores nas áreas da reabilitação e reintegração socioprofissional e vocacional dos deficientes, justo é que aqui se me permita prestar esta singela homenagem, lembrando a todos que Jaime Magalhães Filipe foi um bom amigo da nossa causa e que graças a ele se abriram para muitos «novos horizontes».

António Neves
Sócio n.º 3098

DESporto

DESporto

DESporto

Tal como foi largamente noticiado, e celebrado, por JMS nos meios de Comunicação Social portugueses (ou será que não, e estou a fazer uma grande confusão?...), realizaram-se, entre 3 de Setembro e 13 de Outubro passados, em Espanha, três encontros desportivos para deficientes que, definitivamente, pelo menos em certos países, e não necessariamente nos chamados mais civilizados (?), terão lançado os respectivos responsáveis pela área — devidamente acompanhados pelos outros vários intervenientes, desde os técnicos e os deficientes e suas famílias aos órgãos de informação audiovisuais e outros divulgadores/formadores, não esquecendo a sociedade em geral, o público —, em diversas e interligadas acções no aproveitamento das, agora mais visíveis e conhecidas, reais capacidades da pessoa deficiente — evidentemente que não apenas no que diz respeito ao desporto, embora seja este, pelo impacto mais fácil que obtém junto das massas, talvez o seu melhor testemunho —, na valorização humana do indivíduo e do seu ambiente, através da criação das necessárias condições de expressão pessoal e social, incluindo esta, de forma importante, a profissional.

Assim, decorreram de 3 a 14 de Setembro, em Barcelona, os IX Jogos Paraolímpicos, numa organização em tudo semelhante à das XXV Olimpíadas, terminadas estas dias antes, tendo-se na Abertura, presidida pelos reis de Espanha, feito ouvir alguns dos deficientes mundialmente mais conhecidos, em outras áreas, tais como o cientista astrofísico Stephen Hawking, o violinista Itzhak Perlman e as supervedetas Ray Charles, Stevie Wonder, José Feliciano e Yuran Dury.

Para atletas portadores de deficiências motoras e/ou sensoriais, as paraolimpíadas englobaram treze modalidades adaptadas das que fazem parte dos Jogos Olímpicos — atletismo (com corridas de velocidade, estafetas, meio-fundo e fundo, saltos em altura e em comprimento, triplo salto, lançamentos de peso, disco e dardo, pa-

ra além da clássica maratona), basquetebol, ténis, ténis de mesa e esgrima (estas praticadas em cadeira de rodas), natação, tiro com arco, tiro olímpico, voleibol, judo, halterofilia, futebol de sete e ciclismo — e duas específicas — boccia (semelhante ao petanca, mas em cadeira de rodas) e «goal-ball» (pontapé baliza a baliza, para cegos), tendo sido mais de 3200 os atletas presentes (divididos em quatro categorias: para ou tetraplégicos/38%, amputados e vítimas de poliomielite/28%, cegos e amblíopes/ 19% e enfermos motores cerebrais/15%), em representação de cerca de 90 países, apoiados por, mais ou menos, 800 acompanhantes, 1000 juizes e 7000 voluntários.

Deve dizer-se, como já referido na notícia do ELO de Outubro, que, e não só nestes como nos restantes encontros a que nos referimos, estes «apoiados» tem que se estender, de forma espectacular, e exuberantemente espanhola, a todo um público maravilhoso de entusiasmo e emoção que, comparecendo e enchendo os estádios e outros recintos onde se disputaram os jogos muito para além do previsto, obrigou a organização (COOB), a repor em funcionamento toda uma série de estruturas, principalmente a nível de transportes, que haviam sido programadas para os Jogos Olímpicos.

Portugal, com uma delegação de 28 atletas e 15 técnicos e auxiliares, competiu apenas em atletismo, natação, futebol de sete e boccia, tendo conseguido as seguintes medalhas:

Ouro — 1500 m/cegos, 200 m/cegos e 400 m/cegos (recorde mundial);

Prata — 5000 m/cegos, boccia, futebol de sete;

Bronze — estafeta masculina 4X400 m, 800 m/cegos e, natação, 50 m costas femininos.

De salientar que a nossa representação incluiu também sete árbitros, um dos quais o nosso associado José Pavoeiro.

Com um orçamento extraordinário, como se deve calcular, rondando os 10 milhões de pesetas — dos quais a ONCE/Organiza-

ção Nacional de Cegos Espanhóis, terá suportado 40%... —, a presença de 30 cadeias de televisão, com transmissão via satélite para todo o Mundo (e Portugal ali tão perto...) e de 1600 jornalistas acreditados, levou a todos e a toda a parte (excluindo este nosso pequeno recanto), a verdadeira dimensão humana e o enorme valor social deste acontecimento, o qual se vem repetindo desde Roma/60.

Ainda mal encerrados estes Jogos de Barcelona,



Foto gentilmente cedida pelo «Records»

em outro grande e digno acto que voltou a contar com a presença dos monarcas, logo se iniciaram, desta vez em Madrid (16-22 Set.), outros semelhantes, só que agora protagonizados por deficientes psíquicos, os quais tinham estado, até então, afastados deste tipo de competição.

Nas modalidades de atletismo, natação, basquetebol, futebol de salão e ténis de mesa, outra vez cerca de 3000 atletas, representando mais de 70 países, empenharam-se em fazer o seu melhor nos que foram, desde logo, conhecidos como «jogos do coração».

Portugal, que a estes deficientes, nomeadamente através da ANDDEM/Associação Nacional de Desporto para Deficientes Mentais e das CERCI's, tem dedicado alguma atenção, fez deslocar uma delegação de 67 atletas (e 30 acompanhantes, entre técnicos, diri-

E VIVA ESPANHA!

Ouro, prata e bronze nos Olímpicos... para deficientes!

gentes e auxiliares), os quais, competindo em todas as modalidades, conseguiram, para além do estabelecimento de sucessivos recordes nacionais, as seguintes medalhas:

Prata — 1500 m masculinos, 4X400 m femininos;

Bronze — salto em altura feminino, 1500 m femininos.

De salientar a importância atribuída pela organização, que contou também aqui com o apoio de alguns milhares de voluntários, e por todas as entidades interessadas, ao êxito destes Jogos, no sentido de garantir a sua continui-

com uma equipa de cerca de 40 atletas, seleccionados através de resultados obtidos nos jogos regionais e nacionais, tendo sido conseguidas, em várias disciplinas, 6 medalhas de ouro, 2 de prata e 4 de bronze.

Podemos adiantar aqui que decorrerá em Portugal/Lisboa, em 1994, o Europeu para deficientes mentais.

Já agora recordemos que o movimento **Special Olympics** nasceu nos EUA, numa iniciativa de Eunice Kennedy, irmã do falecido presidente norte-americano, encontrando-se actualmente espalhado por mais de cem países e sendo reconhecido pelo COI/Comité Olímpico Internacional, organizando os seus jogos mundiais, a exemplo olímpico, de 4 em 4 anos. Os seus dois principais objectivos são: procurar a prevenção do atraso mental e modificar a atitude e a resposta da sociedade confrontada com a deficiência mental.

Entretanto, uma outra pessoa ligada, por casamento, à família Kennedy, Arnold Schwarzenegger, conselheiro para os assuntos desportivos do presidente Bush, integra a comissão organizadora dos Jogos Mundiais de Inverno para Deficientes. a terem lugar na Áustria, sua pátria de origem, em 1993.

E porque citámos agora dois nomes, perguntarão alguns dos leitores porque não avançamos, pelo menos até agora, com a indicação dos nossos vencedores e medalhados. Realmente não os referimos... e não referiremos, já que, no nosso modo de ver, tudo o que diz respeito aos deficientes e às suas vitórias, e não só no que cabe ao desporto, reflecte uma árdua e diária luta individual e colectiva, do indivíduo e das suas associações, para além das famílias e dos amigos, reflexo de uma condição humana e de uma fortaleza de ânimo que se sobrepõe às dificuldades e «malefícios» de qualquer «anormalidade», pelo que uma nomeação atentaria contra o forte espírito de grupo que nesta área prevalece e que é a chave para uma real demonstração das suas capacidades perante uma sociedade de rivalidades mesquinhas e de busca permanente, por vezes patética, de absurdas e complexadas afirmações.

Aliás, no fundo, talvez seja melhor que não haja, à volta destas participações, grande alarido e entusiasmo, nem mesmo entrevistas, recepções oficiais ou prémios, pelo

que tais manifestações representam, normalmente, de falsidade e aproveitamento hipócrita. Bem melhor seria, por exemplo, a atribuição, aos organismos de desporto para deficientes, dos valores que parecem ter estado disponíveis para, vá lá, 2 medalhas de ouro, 3 de prata e 4 de bronze, nos Jogos Olímpicos... tanto mais que julgamos saber que só muito perto da hora de partida para Barcelona houve a certeza do desbloqueamento da verba necessária para a participação portuguesa nos Paraolímpicos!

Para finalizar esta primeira parte da nossa alargada, página sobre desporto, um nosso reforço sobre o que ficou escrito, já em Setembro, sobre o papel da nossa Comunicação Social, destacando-se, mais uma vez, e no que diz agora também respeito aos «Special Olympics», o jornal «Record», que lá teve mais um enviado especial.

Foi, aliás, esta forma de estar e de informar que nos levou a contactar o respectivo director, Rui Cartaxana, no sentido de ser possível pedir aos três jornalistas que estiveram em Espanha (Céu Freitas/Barcelona, Filomena Martins/Madrid e Alves de Carvalho/Barcelona II), artigos inéditos para este nosso ELO de aniversário, tendo os mesmos, o que muito agradecemos, accedido imediatamente a tal solicitação.

Por isso, e após a entrevista com o nosso atleta Orlando Reis (recorda-se que a rubrica «Nós com os Outros», publicada em Outubro de 1991, lhe foi dedicada), deixamos os nossos leitores com os seus contributos.

ELO: Orlando, de forma rápida, fale-nos como foram, os seus antecedentes, em termos de apoios e treinos, com vista aos Jogos Paraolímpicos.

ORLANDO REIS: Como já em tempo tive ocasião de dizer, desde há anos que sonhava com a possibilidade de entrar num destes encontros. Primeiro foi Los Angeles, depois Seul... até que, finalmente, a meio do ano passado, tive a confirmação de que poderia participar em Barcelona, mas infelizmente apenas com a antecedência necessária para treinar só para um dos lançamentos, tendo escolhido, por questão de forma, o disco. Desde então, mesmo sem estarem garantidos quaisquer apoios, comecei a preparar-me intensamente, com todas as despesas inerentes pagas do meu bolso, embora sempre na esperança de um qualquer reembolso, o que veio a acontecer já depois do nosso regresso, tendo recebido subsídios da ADFA e da Câmara Municipal de Lisboa, os quais quase deram para cobrir os gastos feitos.

Em relação propriamente aos Jogos, a res-

(Continua na pág. 6)

(Continuação da pág. 5)

pectiva inscrição individual foi suportada pela nossa Associação, tendo tudo o resto sido pago pelas verbas atribuídas à organização pelo Comité Olímpico, pela Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e pela Direcção-Geral dos Desportos, muito embora só praticamente na véspera da partida tenha sido garantida a deslocação e estada, em parte graças aos bons oficiais da ADFA.

Em relação à preparação, em virtude de não haver técnicos e competidores na minha especialidade, tive que efectuar os treinos sozinho, no Estádio Nacional, e com um material que não seria, e não foi, o mais propício a bons resultados.

ELO: Fale-nos agora um pouco já sobre as condições em Barcelona.

OR: Excelentes, em todos os aspectos. A nível nacional a organização esteve impecável, tendo toda a delegação, de que era chefe o prof. Jorge Carvalho, estado sempre junta na Aldeia Olímpica, verificando-se permanente assistência e apoio.

Em relação à parte espanhola, as instalações eram muito boas, tendo sido, logo após o encerramento dos Jogos Olímpicos, preparadas para deficientes e grandes deficientes, aliás como os transportes, em que grande quantidade de autocarros, em serviço constante, estavam adaptados quer com rampas quer com elevadores para cadeiras de rodas. No que respeita à alimentação, ela era a própria para atletas de alta competição.

Gostaria de destacar aqui, até pela excepção que foi, embora sem nada a ter a ver com a organização, a ajuda em que se traduziu a presença permanente, junto de nós, de uma simpática jornalista do «Record», que nos fez sentir, através das notícias que sabíamos ir ser transmitidas para Portugal, como que o apoio forte do seu, nosso público.

ELO: Em termos pessoais, o que significou para si esta participação?

OR: O sonho de 9 anos não só, felizmente, concretizado, como, também correspondendo a todas as minhas expectativas, quer pelo ambiente, pelo espectáculo e pela emoção envolvente. E esse glorioso e prologado momento que foi a Abertura, com o desfile, o hino, o acender da chama, a confraternização, o calor do público...

Coisa curiosa em relação a este público, é que nos primeiros dias ele foi relativamente pouco, mas soubemos depois que era devido apenas à falta de transportes, situação que se modificou radicalmente logo que foram repostos os meios anteriormente utilizados para os Olímpicos.

ELO: Referiu há pouco que o material por si usado não era, o mais adequado. Quer dizer que as coisas não lhe correram como esperava?

OR: Bom, já em Portugal, durante os treinos, verificou-se um certo desgaste na articulação da prótese utilizada, a qual não houve tempo, nem se calhar haveria então meios de substituir, já que se tratava de material importado. Em Barcelona, e pela violência, necessária, dos treinos, o problema agravou-se e as marcas foram descendo, dado que, pelo facto de o aparelho estar bambo, o movimento de rotação para o lançamento ter de ser feito mais lento do que o necessário, para não haver desequilíbrio. E daí que, embora fisicamente estivesse em óptima forma, a minha preocupação foi, no início, garantir a passagem à final, já que entre 14 apenas passariam 8. Fiquei então em 5.º, mas na fase seguinte tive que arriscar... e perdi, ficando em 7.º. mesmo assim à frente do que tinha sido medalha de ouro em Seul.

Devo dizer que, de qualquer maneira, se igualasse a minha melhor marca de sempre, não passaria, mesmo assim, o 4.º lugar, o que, apesar de tudo, seria muito bom, atendendo a que eu usava uma prótese normal e que quase todos os outros, com excepção de mais um, usavam próteses especiais, em carbono, que têm amortecedores e tudo. Só que tais «brinquedos» de alta competição custam entre 1200 e 2700 contos, conforme a altura de inserção...

ELO: E agora que futuro?

OR: Agora, continua-se a sonhar! Só que depois de tal experiência fazem-se perguntas, reflecte-se sobre o que está feito e o que há para fazer. Pensa-se e fazem-se conjecturas, agora que um sonho concretizado se espalha e dilata em tanto trabalho que tem de ser feito, em tantas condições que têm de ser criadas em tantos apoios que são precisos e que têm de ser conseguidos para que cada vez haja mais atletas e mais participação.

É preciso continuar! E depressa, tendo em vista já os próximos campeonatos europeus e mundiais.

E se logo ali, a nível colectivo, se renovaram os sonhos e se pensou imediatamente em trabalho. eu não me fiquei atrás e, regressado, fui à minha origem, à Armada, e requisitei uma outra, e melhor, prótese, através do respectivo médico do Hospital da Marinha, o qual mostrou não só compreensão como até mesmo entusiasmo pelo meu caso. Vamos lá ver...

ELO: Felicidades, Orlando!

BARCELONA/92

Foi festival de altíssima competição!



Céu Freitas

Quando soube, a cinco dias da cerimónia de abertura, ter sido escolhida pela chefia como «enviada especial» aos IX Jogos Paraolímpicos, fiquei algo receosa. A verdade é que não sabia que tipo, qual a dimensão, do evento a reportar, nem, muito menos, qual a receptividade no relacionamento com as «fontes», concretamente com os atletas. «Mea culpa», mas tão-pouco tinha conhecimento dos feitos obtidos pela delegação lusa, quatro anos antes, em Seul, das doze (!) medalhas então conquistadas...

Fiquei estupefacta quando cheguei a Barcelona e vi uma cidade como aquela, das maiores da Europa, toda engalanada para a festa. Porque foi uma autêntica festa aquilo a que assisti ao longo de 12 dias no complexo desportivo de Montjuic. Mais admirada estava ao fim de dois dias de competição. Sim, porque os IX Jogos Paraolímpicos de Barcelona/92 foram um festival do desporto de alta competição para atletas «diferentes».

Reconheço ter ficado algo «empolgada» com o excelente comportamento dos atletas portugueses, não apenas pelas nove medalhas conquistadas, como pela entrega e espírito de sacrifício demonstrados

MADRID/92

Jogos do Coração — Competir pela igualdade



Filomena Martins

Pela primeira vez, os deficientes mentais tiveram acesso a uma olimpíada. Pela primeira vez, ainda que muitos deles não percebiam o que é uma vitória, o que é competir, os diminuídos psíquicos tiveram acesso ao pódio dos Jogos Olímpicos. Ganham medalhas. E, para além de muitos terem provado ser capazes de atingir os níveis da alta competição, mostraram, acima de tudo, que a sua deficiência não é tão inibidora como a sociedade quer fazer crer.

Vivi, em Madrid, momentos inesquecíveis. Jamais esquecerei aquele atleta, que isolado perante a meta, resolveu esperar pelos seus compatriotas por ter «medo de ganhar sozinho», nem da Isabel, que um dia me perguntou se podia ganhar medalhas «como os meninos da televisão». Mas não esquece-

pela maioria. Todavia, a resposta dada pelo povo de Barcelona, ocorrendo massivamente aos recintos desportivos onde se disputaram as provas, foi o grande comprovativo de que estivemos presentes a um acontecimento de altíssimo nível.

Demonstram-no, ainda, os infindáveis recordes mundiais batidos em quase todas as modalidades e categorias, as marcas efectuadas, por exemplo no atletismo, algumas equiparáveis às que fazem a maioria dos atletas «normais». A competitividade impôs-se de tal forma no desporto entre deficientes, que o Comité Paraolímpico Internacional (IPC) está a negociar com o Comité Olímpico Internacional a inclusão de quatro provas do actual calendário dos Jogos Paraolímpicos nos próximos Jogos Olímpicos de Verão, em Atlanta/96.

Tudo indica que a maratona masculina em cadeira de rodas, o basquetebol masculino em cadeira de rodas, os 100 metros livres femininos para atletas com paralisia cerebral do grau 9 (deficiência menos grave) e a prova de singulares masculinos em ténis de mesa para atletas sem cadeira de rodas, têm fortes possibilidades de integrar o programa dos Jogos Olímpicos de 1996. Sintoma de que a «doença» de encerrar o desporto praticado por deficientes como simples recreação já encontrou um possível «antídoto» para a debelar.

«SPECIAL OLYMPICS/92»

LUÍSA SANTOS E OS DEFICIENTES PSÍQUICOS PROFUNDOS



Alves de Carvalho

Luísa Santos é fisioterapeuta e esteve no «Special Olympics» na qualidade de treinadora da equipa portuguesa que participou nas modalidades adaptadas, ou seja, os atletas com incapacidades psíquicas mais profundas. Presentemente, trabalha num estabelecimento especializado em Viana do Castelo, malgrado ter nascido em Castelo Branco e ter sido criada e educada em Lisboa.

«A maioria dos atletas — refere — têm muitas dificuldades, sobretudo motoras. Os exercícios que treinamos nos desportos adaptados são uma continuação daquilo que eles fazem individualmente. Isto é, actividades motoras que exigem determinadas posturas e posições que deveriam ter assumido e sentem dificuldades: rastejar, rolar e gatinhar. Também executam outro tipo de exercícios, como lançar uma bola com uma e duas mãos. É todo um trabalho de coordenação motora, como chutar uma bola.»

Para a jovem terapeuta, esta presença na Catalunha foi importante. «Criou-se uma consciência de grupo, que pressupõe uma resposta a ordens, que devem ser cumpridas. De uma maneira geral, todos os atletas têm-se integrado bastante bem. Para eles, competir é gratificante».

No segundo dia de provas, a Carla (uma das que padece de deficiência mais profunda) ficou impaciente — as colegas já tinham competido e ela não. «Foi atrás de mim, porque achou que ela também tinha direito a competir. Para uma pessoa habitualmente amorfa, foi uma reacção muito positiva», afirma a nossa entrevistada, que admite que, a nível internacional, «não existe muita inovação neste aspecto. Não trouxemos atletas de andarilho, que não se deslocam sózinhos.

Aqui, temos alguns grupos que se deslocam em cadeiras de rodas. Trazem-nos para participar, mesmo correndo o risco de isso não acontecer. Nós optámos pelos menos dependentes, pois temos de pensar na sua estabilidade física e emocional».

Em Portugal, e no caso concreto de Viana do Cas-

telo, há dez/doze atletas sob tratamento. É uma minoria. Não existem normas gerais para que se continue a reforçar, estudar e reestruturar este tipo de modalidade. Não há incentivo ao nível do movimento que protege os diminuídos mentais mais profundos. Luísa confessa que gosta de trabalhar com crianças e decidiu, em regime de voluntariado, também entrar na parte desportiva. A sua acção prende-se mais com o Jardim de Infância e o atendimento precoce.

ADEPTA DO SPORTING

A nossa interlocutora nunca praticou desporto federado, talvez por falta de tempo. Gosta de cinema («Voando sobre um ninho de cucos», «O último imperador», «Ran, o senhor da guerra»), de teatro e de música clássica (os líricos, como Pavarotti) e ligeira («Queen», «Pink Floyd» e «Doors»). E aprecia bailado. Não recusa, quando pode, um pé de dança: rumbas, valsas e tangos. Confessa que lê pouco («Público e Privado» e «Os invejosos», de Alberoni).

É sportinguista, mas não é fanática. Aprecia ginástica, natação e atletismo. Viba com os jogos de futebol internacionais. Gosta de fado, daquele que mexe com os sentimentos, um pouco de touzadas e detesta os «apanhados» da televisão, porque «gozam com as pessoas, existe uma falta de respeito pelo semelhante».

Prefere os programas sobre a história dos povos, as origens do mundo. Costuma votar, mas «gostaria que os nossos políticos mostrassem melhor trabalho». Acredita no futuro de Portugal, «qual será não sei, mas gostaria que fosse o melhor para toda a gente, ainda há muitas famílias que vivem muito mal». Aprecia a costa portuguesa, embora algumas zonas pudessem estar mais cuidadas.

Se tivesse outra profissão, optaria por uma que lhe permitisse pesquisar, fazer um trabalho científico a sério. No seu trabalho, afirma que «as adaptadas deviam ser praticadas em todas as instituições, pois são muito necessárias ao equilíbrio da criança, física e emocionalmente. É um complemento ao trabalho diário». Crianças que também vibram com o futebol, com os clubes da sua predilecção. E algumas são mesmo fanáticas do Benfica, FC Porto ou Sporting, só para nomear os mais badalados.

● Em Portugal, a maioria dos pais têm um nível sócio-económico muito baixo. Há ainda um longo caminho a percorrer

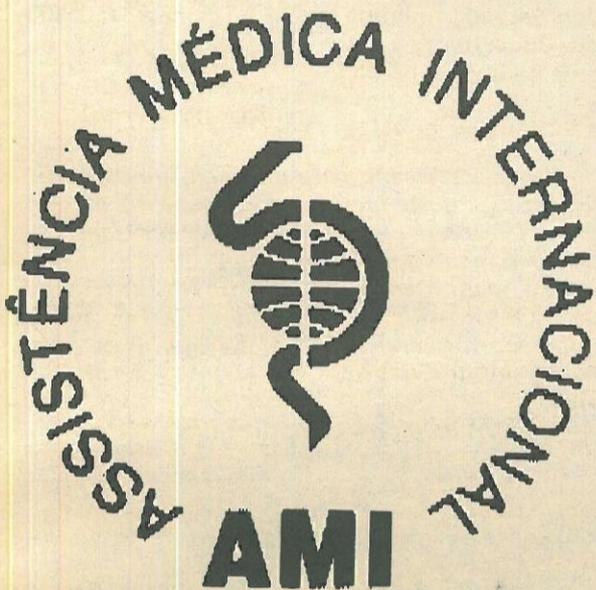
MAS AS CRIANÇAS, SENHORES...

A CRIANÇA E A GUERRA

por Fernando Nobre *

Em guerra as crianças são sempre vítimas inocentes não só porque, é evidente, nada tiveram a ver com a decisão dos adultos (serão mesmo?) de desencadear o horror como porque estão menos aptas para desenvolverem os mecanismos de auto-defesa necessários para a sobrevivência em situações de risco mortal. A morte, os sofri-

mentos físicos, os traumas psicológicos, a fome, a orfandade... são, entre outros, os males terríveis e irreparáveis que atingirão a criança, mais do que o adulto, em situação de guerra.



mentos físicos, os traumas psicológicos, a fome, a orfandade... são, entre outros, os males terríveis e irreparáveis que atingirão a criança, mais do que o adulto, em situação de guerra.

Pelo mundo são às centenas de milhares (para não falar de milhões...) as crianças que hoje sofrem directamente no seu dia-a-dia, sem esperança de futuro (pois muitas vezes este foi irremediavelmente sacrificado pela cegueira e incoerência de dirigentes assassinos, corruptos e incompetentes), devido às guerras que existem nos quatro cantos do Mundo. Do Iraque a Angola, Moçambique, Cambodja, Somália, Bósnia, Croácia, Kosovo, Nagorno Karabac, Honduras, Sudão, África do Sul... (a lista é longa) as crianças sofrem o desencadear das violências, dos ódios e das loucuras dos «adultos».

Quantos amputados, queimados, famélicos, sem possibilidade de irem à escola (muitas vezes destruída...) não vi eu pelos teatros do horror em que já estive? Que tenha sido na guerra do Irão-Iraque (81), guerras civis do Chade (81 e 83), guerra de Beirute (82), guerras de Angola e Moçambique, campos de refugiados na Jordânia

(90), no Irão (91), na Somália e no Quênia (92)... a minha reacção sempre foi e sempre será a mesma: revolta intensa por ver crianças definitivamente afectadas (como na Roménia, não por razão de guerra, por loucura de um homem, será? foi? e de um sistema político) física e psicologicamente pela loucura mortífera da indiferença e intolerância dos «adultos».

Quando o «Homem» tolera que os seus filhos sejam torturados deixa de ser «Homem». O futuro da Humanidade passa pelos nossos filhos: não podemos tolerar que o sofrimento de tantas crianças seja o preço a pagar pela ambição de alguns. Quando vejo uma criança sofrer, imagino que sejam os meus próprios filhos e revoltome. Aqui fica um grito de revolta. O meu. **TODAS AS CRIANÇAS**

DO MUNDO SÃO NOSSOS FILHOS!

(*) médico, fundador e presidente da AMI

N.R: A AMI — *Assistência Médica Internacional é uma instituição humanitária portuguesa, a exemplo dos «Médicos sem Fronteiras», fundada em 5 de Dezembro de 1984 pelo médico cirurgião Fernando Nobre, tendo já estendido a sua acção a inúmeros locais e conflitos, estando neste preciso momento em sua «agenda»:*

«A AMI vai enviar, numa primeira fase de operação humanitária, no próximo dia 27 de Novembro (6.ª-feira), cerca de 10 toneladas de medicamentos, alimentos e vestuário para Luanda, num avião «carga» fretado pelo Governo português.

A equipa da AMI, composta por três elementos (2 médicos e um logístico) e chefiada pelo dr. Francisco Camello, médico voluntário da AMI ligado à Igreja Católica, partirá no dia anterior em voo comercial, a fim de estar presente aquando da chegada do avião e proceder à distribuição dos bens com o apoio da Caritas.

Durante pelo menos duas semanas, a equipa da AMI irá estudar a situação nos diversos campos de refugiados que se estão a espalhar em várias regiões do país, nomeadamente à volta da capital. Os elementos da AMI prestarão também assistência médica à população necessitada.

Para responder com mais eficácia, a AMI lança um apelo à população portuguesa para que lhe sejam enviados, com toda a urgência, alimentos (farinhas, açúcar, leite em pó, enlatados...), produtos de higiene (sabão, lixívia, detergentes...) e donativos: Av. Almirante Gago Coutinho, 66 — 1700 Lisboa»

A UNICEF E A CAUSA DA INFÂNCIA

por Madalena Marçal Grilo *



Não porque todos sorriam assim... mas PARA QUE TODOS POSSAM SORRIR ASSIM!

Temo de aniversário, qualquer que ele seja, é obrigatoriamente tempo de olhar para trás e reconstituir o caminho percorrido, tentando dele retirar os ensinamentos necessários para o futuro.

Também a UNICEF está prestes a celebrar o seu 48.º aniversário, pois foi em Dezembro de 1946 que a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu a sua criação.

Durante os primeiros anos da sua existência, os recursos no Fundo serviram essencialmente para satisfazer as necessidades de alimentos, medicamentos e vestuário sentidas pelas crianças da Europa do pós-guerra e da China. Em Dezembro de 1950, a Assembleia Geral modificou o mandato da UNICEF a fim de responder às necessidades "silenciosas", contudo igualmente críticas, da multidão de crianças que vive nos países em desenvolvimento. Em Outubro de 1953, foi decidido que o Fundo deveria prosseguir as suas actividades enquanto organismo permanente das Nações Unidas, sob a designação de "Fundo das Nações Unidas para a Infância", conservando no entanto a sigla que o tornou conhecido.

Sem diferenciar os objectivos humanitários dos de desenvolvimento, a UNICEF iniciou a sua assistência aos países subdesenvolvidos no âmbito do projecto essencialmente orientados para a melhoria da nutrição, dos cuidados primários de saúde e da educação de base para as mães e cri-

anças, com a preocupação de coordenar estas actividades e fomentar uma participação comunitária tão ampla quanto possível.

Nos anos 60, uma associação mundial em benefício da infância, de características e dimensão jamais conhecidas, começava a tomar forma. A atribuição do Prémio Nobel da Paz à UNICEF em 1965 é uma prova de que o bem estar das cri-

anças, com a preocupação de coordenar estas actividades e fomentar uma participação comunitária tão ampla quanto possível.

em seguida a abordagem dos serviços comunitários. Os princípios orientadores dos serviços comunitários estão claramente definidos nos programas de cooperação da UNICEF, especialmente no que se refere aos conceitos de cuidados primários de saúde que a OMS e a UNICEF conjuntamente visam promover.

Em 1976, a Assembleia Geral declarou que 1979 seria o Ano Internacional da Criança (AIC) e que a UNICEF desempenharia, no seio das Nações Unidas, o papel coordenador do apoio concedido às actividades do Ano, para as diferentes realizações a nível nacional. No final de 1979, a Assembleia Geral designou a UNICEF como o principal organismo das Nações Unidas responsável pelas actividades consecutivas ao AIC, sendo ainda encarregada de chamar a atenção para as necessidades e problemas comuns às crianças dos países em desenvolvimento e dos países industrializados.

A UNICEF distingue-se por depender inteiramente de contribuições voluntárias para a execução do seu mandato. Não se limitando a obter apoio dos governos e do grande público para os seus programas de cooperação, a UNICEF tenta igualmente, através da defesa da causa da infância junto dos governos, dos responsáveis pela organização cívica, dos



educadores e de outros grupos profissionais e culturais dos média e de colectividades locais, suscitar uma consciencialização sobre as necessidades das crianças e dos meios para as satisfazer.

Por este motivo atribui grande importância à sua associação com os Comités Nacionais para a UNICEF e às relações de trabalho com as organizações não governamentais dos países industrializados e em desenvolvimento.

A UNICEF foi então encarregada de alargar a sua programação, tradicionalmente orientada para projectos sectoriais, com o objectivo de encetar o processo de desenvolvimento social e humano. Para o desempenho desta tarefa começou por estabelecer uma programação nacional, adoptando

* Do Comité Português para a UNICEF



MAS AS CRIANÇAS, SENHORES...



SALVAR UMA VIDA

Em declaração a enviar ao seu balcão da Caixa Geral de Depósitos (ou outro Banco, mas aqui suportando algumas despesas mínimas de transferência); informar que deve ser depositada na conta especial da AMI, mensalmente, uma determinada quantia (nós propomos 1500\$00 que é a verba gasta com a vacinação completa de uma criança).

«À Caixa Geral de Depósitos — balcão

Serve a presente para informar que, a partir do dia ____ deste mês, e mensalmente na mesma data, até ordem em contrário, deve ser transferida da minha conta n.º _____, nesse balcão, para a conta n.º 0698015714730 (AMI), na CGD/Rossio, a quantia de 1500\$00 (mil e quinhentos escudos), dentro do espírito da campanha do jornal «ELO», da ADFA. «Salvar uma vida».

Com os melhores cumprimentos

a) _____

(assinatura conforme a que está na CGD)

B. I. n.º _____ de _____ de _____ AI _____

Informa-se, para terminar, que esta transferência feita dentro da mesma entidade bancária, não acarreta despesa para qualquer das partes.

Nota: se desejar da conhecimento à AMI desta sua acção, deverá enviar para — AMI, Apartado 521, Carnaxide, 2795 LINDA-A-VELHA — uma fotocópia desta carta.

E reconhece como é simples ajudar a SALVAR UMA VIDA!

DIA — TODOS OS DIAS — DA CRIANÇA AFRICANA

Enviar para a UNICEF — Av. António Augusto de Aguiar, n.º 56-3.º Esq., 1000 Lisboa —, um cheque com a quantia possível, a recordar que cada dia deve ser o DIA DA CRIANÇA AFRICANA.



Sabe, ou sequer imagina, quantas crianças, em todo o Mundo, moreram de fome, doenças e miséria, no espaço de tempo que demorou a ler este artigo! Cerca de 250!

OUTRA FORMA DE SOLIDARIEDADE

Sónia Cristina, uma menina de 7 anos de idade, sofre de uma doença extremamente grave e gostaria, certamente, de receber, talvez principalmente de outras crianças, mas não só, postais-illustrados de todos os pontos do País.

Vamos pois enviar para Sónia Cristina Magalhães Semanas, Rua de Santa Luzia, n.º 763 — 1.º, A, 4200 PORTO, uma pequena mensagem a desejar-lhe rápido restabelecimento.

SEGURANÇA INFANTIL

por Victor d'Almeida d'Eça *

Muitos dos acidentes que acontecem com crianças são devidos à curiosidade da aprendizagem da vida.

Quando a criança leva objectos à boca, quando gatinha, quando chapinha na água, atira objectos ao ar ou tenta trepar a uma cadeira, um muro, uma árvore, ela está conhecendo o mundo mas simultaneamente correndo riscos.

De facto a criança não pode nascer ensinada de que os 2 buracos da espessura dos seus dedos que existem na parede à altura das suas brincadeiras transportam electricidade que pode ma-

tar; não pode nascer sabendo que os produtos que desentopem canos ou limpam fogões e estão na cozinha à mão de semear contém soda cáustica, um terrível corrosivo. Não pode compreender que o bico do armário ou a quina da mesa estejam mesmo no seu caminho e à altura das suas cabeças. Não podem saber que há uma infinidade de verdadeiras armadilhas prontas a disparar sobre o adulto quanto mais sobre a criança.

A natureza tinha já os seus perigos e ameaças decorrentes da relação com o meio mas o nosso mundo super-sofisticado além de colocar ao alcance da mão forças tão poderosas como a electricidade, o fogo, as máquinas, o automóvel, a química doméstica, esqueceu-se de que as crianças terão que viver ne-

le e não se soube precaver dos ricos que isso comporta.

A dimensão exígua dos lares urbanos e a impossibilidade da criança vir brincar para a rua sem perigo torna necessário que os pais tenham uma atenção acrescida com os perigos potenciais que existem em casa e que procurem sempre que possível levar as crianças para o parque ou para o jardim para correrem, brincarem, conviverem com outras crianças e com os animais e plantas, exercitarem as pernas e os pulmões e consumirem o excesso da espantosa energia que possuem.

O INDC está levando a efeito uma campanha de «Segurança Infantil» visando diminuir o número de acidentes que tantas crianças vitimam no nosso país.

Pedimos-lhe a si leitor que se mobilize também nesta campanha. Vamos diminuir o número de sofrimentos, de deficientes, de mortes. Divulgue as mensagens da campanha. Dirija-se ao Instituto Nacional de Defesa do Consumidor — Praça Duque de Saldanha n.º 31-2.º, 1000 Lisboa. Participe na mudança de mentalidades para que cada vez mais se pense na urgência de criar espaços à medida da criança, onde ela possa crescer em segurança e onde não falte a dimensão da ternura, da liberdade mas também da vigilância atenta, da lucidez, da imaginação e da inteligência.

Afinal, «O MELHOR DO MUNDO SÃO AS CRIANÇAS»!

(*) do INDC



• Não deixe o bebé sozinho na banheira ou junto de recipientes com água: baldes, alguidares, etc. (bastam 10 cm de água para a criança se afogar).

- Controle se o seu filho usa o capacete, quando anda de bicicleta.
- Quando andar de "skate", controle se ele usa o respectivo equipamento de protecção: capacete, joalheiras e cotoveleiras.



CAMPANHA DE SEGURANÇA INFANTIL



JORNAL ASSOCIATIVO



O ELO deseja aos seus leitores, familiares e amigos as melhores Boas-Festas e que o ano de 1993 traga, finalmente, a Paz por que todos ansiamos



Reunião sobre «Formas de tratamento dos deficientes»

Conforme ELO antecipou na sua anterior edição, teve lugar na Sede, no passado dia 13, uma reunião a fim de ser apresentado o projecto de trabalho a desenvolver por um grupo de sócios (António Lavouras Lopes, Armindo Roque e Mário Vila-Lobos), que se vem debruçando sobre «formas de tratamento dos deficientes», no sentido de um estudo aprofundado e científico que incidirá sobre a relação das sociedades, em especial a portuguesa, com os seus deficientes.

premente necessidade da participação de todos os associados no trabalho a desenvolver, com indicação dos seus problemas e experiências pessoais de ambientação e integração sociais em todos os meios (familiar, profissional, de amizade, de café, de desporto, de lazer...), para que, com o equacionamento histórico-documental do que no passado se viveu, se torne possível a definição de uma estratégia a defender frente ao futuro, o qual os indicadores parecem mostrar não

Exposta a filosofia do projecto pelos seus mentores, desenvolveu-se animada troca de impressões que revelaram o unânime interesse, quer individual quer associativo, no prosseguimento de tal acção, sendo manifesta, por parte de todos os presentes, disponibilidade para colaborar em tudo o que for possível.

Entretanto, e tendo já sido os princípios gerais do projecto reconhecidos pela Direcção Central, tal como os elementos que o tratarão, sugere-se aos as-

Reunião de Órgãos Sociais Centrais

Reuniram no dia 21 p. p., na Sede, os Órgãos Centrais, na sua totalidade, a fim de fazerem o seu periódico balanço da vida associativa e definir estratégias para o futuro próximo.

Foi apresentada a evolução e a actual situação da construção da nova Sede que, em fase de conclusão, obriga já à elaboração de um cuidado plano de mudança e reinstalação dos serviços, no sentido de em nada ser prejudicado quer o atendimento aos associados quer a actividade dos diversos departamentos, em operação logística que requer meios e tempo e que se desenvolverá durante o próximo ano.

De relações internacionais também se falou, tendo sido feita, pelos elementos que integram a respectiva Comissão, explanação sobre as últimas deslocações, designadamente a Praga e a

Varsóvia e sobre os desenvolvimentos dos contactos mantidos para a realização, em Lisboa, em Março de 1994, da VI Conferência Internacional sobre Legislação, da FMAC. A nível de cooperação foi comunicado ter sido adiada, por motivo dos recentes acontecimentos em Angola, a deslocação que a ADFA, integrada numa equipa das Nações Unidas, deveria ter realizado àquele país, para levantamento da situação relativa aos deficientes de guerra.

Na área da reabilitação, foi salientado o mérito e a credibilidade que a nível nacional e internacional está a granjear o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, não só na vertente da recuperação física e funcional dos seus utentes, como também na investigação científica e novas tecnologias.

No ponto dedicado á re-

visão estatutária, respeitando-se o trabalho já desenvolvido e coordenado pela MAGN, aferiram-se todas as virtualidades e vicissitudes do processo até ao momento, sendo unânime a opinião da decisiva importância da actual fase, que recoloca na participação dos associados o período de mais intenso debate para que o resultado a obter seja de forma a aumentar a coesão associativa e criar dinamização que contribua para o reforço do posicionamento da ADFA como organização e dos deficientes militares como cidadãos.

Terminou-se a reunião com um desejo e um apelo, a corporizar pela MAGN, para que todos os órgãos regionais da ADFA sensibilizem os sócios das suas áreas para o debate alargado e activo, de forma a que a revisão estatutária seja o reflexo, o mais amplo possível, da vontade de todos.

Festa de Natal da Sede

Embora o forte da informação sobre a festa de Natal deste ano, neste ELO, seja a missiva que a Comissão de jovens que organiza a parte recreativa dirige a todos os juniores (os nossos filhos e os seus amigos), e que se transcreve a seguir, outros elementos há que recordar e avançar.

Assim, o programa iniciará-se-á pelas 11 horas com concentração e visita às obras de construção da nova Sede, seguindo-se, cerca das 12h30, o almoço no Lar Militar. Pelas 14 h

entanto, por questões de organização, que os interessados as façam logo que lhes for possível, não guardando para a última hora esse simples acto).

ESPERAMOS POR TI, POR TODOS, PARA VIVERMOS JUNTOS UM MOMENTO QUE ESTE ANO SE QUER AINDA MAIS DIFERENTE E PARTICIPADO!

«Olá amigos!

Conforme já sabem, compete-nos a nós — e este «nós» quer dizer tam-

almoço, tens que participar na parte recreativa, que se iniciará pelas 14h30 e que se prolongará até que queiramos. **TOMA NOTA: vamos ter larga participação de gente da nossa idade que se encarregará de tocar piano e guitarra clássica, de executar órgão e sintetizadores, além de se agrupar em dois, acredita, espectaculares conjuntos que interpretarão as músicas do nosso agrado.**

Não te podes esquecer, entretanto, que termina no dia 14 o prazo para entrega



Embora já em Outubro se tivessem divulgado as linhas gerais de funcionamento e orientação do grupo, que se pretende ver alargado para maior eficácia e melhores resultados, salientou-se o interesse e

ser muito favorável para aqueles que, num Mundo consumista e de grande rivalidade e egoísmo, irão necessitar de permanente reabilitação e actualização para a sua correcta inserção na comunidade.

sociados, para melhor conhecimento do seu âmbito e objectivos, que contactem o DASC, adiantando-se que as respectivas reuniões de trabalho têm lugar na Sede, geralmente nas tardes de 3.ª-feira.

Reunião sobre revisão estatutária

No dia 17 deste mês, realizou-se, na Sede, novo encontro de sócios para análise dos trabalhos divulgados no último número do ELO, como propostas para a revisão estatutária.

A participação, pouco significativa em relação ao que fizera prever a reunião anterior, foi, mesmo assim, muito profíqua, pelo interesse demonstrado por todos os presentes em

colaborar e debater, perante o momento associativo, a necessidade de tal revisão e a amplitude que a mesma deve ter.

A Mesa, composta por elementos da Direcção Central, tomou a devida nota de todas as sugestões e opiniões, tendo em vista a sua transmissão na reunião de Órgãos Sociais Centrais a realizar dias depois.

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os sócios da área de Lisboa para nova reunião sobre «revisão estatutária», a realizar, pelas 20h30 no dia 18 de Dezembro (6.ª feira), na Sede, e à qual estará presente a MAGN, como se sabe, coordenadora de todo o processo.



30 começará, então, o espectáculo organizado pelos mais novos e que, a sério, promete mesmo ser excelente.

Entretanto, podemos já indicar que o preço será de 1500\$00 por pessoa, não pagando as crianças até aos 10 anos, devendo as inscrições (com pagamento imediato), serem feitas na Secretaria, até ao dia 15 de Dezembro (agradece-se, no

bém vocês —, tornar diferente a festa de Natal que estamos a preparar para o dia 20 de Dezembro e que, temos a certeza, fará uma viragem, pelas suas juventude, alegria e, porque não, ir reverência, natradicional fórmula dos convívios da ADFA.

NÓS, OS «JUNIORES»; VAMOS MOSTRAR COMO É QUE É!

Mesmo que não vás ao

dos desenhos e outras formas de «arte» (!) para o concurso de que já te emos notícia em Outubro. E atenção: o primeiro prémio de cada esalão (até aos 10 anos, dos 11 aos 15 e mais de 15) será em dinheiro!

Tens motivos mais do que de sobra para aparecer e participar. E traz outro amigo também.

ANDA! VAMOS TODOS ENTRAR NESTA!

FEDERAÇÃO MUNDIAL DE ANTIGOS COMBATENTES

Conferência de Varsóvia

Segundo o Relatório que acaba de nos chegar às mãos, foi de grande interesse para a ADFA a Conferência Internacional sobre antigos combatentes face às mudanças na Europa Central e Oriental, realizada em Varsóvia de 20 a 24 de Setembro último, não porque a mesma lhe dissesse directamente respeito, mas pelo reconhecimento que à sua acção foi prestado (integrou a mesa que dirigiu os trabalhos, nomeado que foi um seu delegado como vice-presidente, vindo depois a fazer parte, também, da Comissão de Redacção do comunicado final), pelos contactos procurados e estabelecidos por inúmeros elementos do Leste (em especial Rússia e Polónia), no sentido de um maior intercâmbio e troca de informações e experiências, com propostas concretas de deslocações e reuniões e pela possibilidade de se ir avançando quanto à organização da VI Conferência Internacional sobre Legislação que, recorde-se, terá lugar em Lisboa em 1994. Dois pontos de grande importância foram, nos bastidores, digamos, objecto de maior atenção, sendo um a projetada viagem a Angola, integrada numa equipa das Nações Unidas, de uma delegação da ADFA, com a finalidade de recolher o maior volume de informação possível com vista a permitir à ONU, através do seu gabinete de «ajuda humanitária», sediada em Viena/Áustria, prestar o máximo e urgente apoio aos deficientes de guerra daquele país e, outra, a insistência de June Willenz para que a nossa Associação nomeie uma ou mais representantes na Comissão de Mulheres da FMAC, tanto mais que esta está fortemente preocupada com os problemas relacionados com as viúvas de guerra, questão que já se começa a fazer sentir também em Portugal.

Embora uma agenda de trabalhos bastante preenchida, com análise e discussão de documentos previamente apresentados, a situação na ex-Jugoslávia foi tema obrigatório, quase dominante, tendo sido recomendado o envio, sob a égide da Federação Mundial, de uma missão aos vários países emergentes na zona, com o intuito de, em colaboração com as organizações locais de ex-combatentes, proceder a um estudo e levantamento da situação de molde a permitir à FMAC uma intervenção capaz de ajudar quer à resolução dos conflitos quer ao apoio às suas inúmeras vítimas.

Contando com a presença de representantes de 30 países e de 3 confede-

rações internacionais de ex-combatentes, resistentes e prisioneiros de guerra, para além de delegados de vários organismos mundiais, nomeadamente as Nações Unidas,

Pessoa Deficiente, entendeu-se ser do maior interesse, e face ao espaço disponível, transcrever agora essa comunicação.

Cumprimentos
Tenho a honra de me di-

— enfim, e sobretudo, temos uma escolha fundamental: podemos nós aceitar uma sociedade que formula normas físicas, psicológicas ou de comportamento, arbitrarias e rígidas,

deficiente beneficia, em última análise, o conjunto da população na sua vida quotidiana.

As disposições tomadas para a integração, na sociedade, das pessoas deficien-

Programa de acção mundial para as pessoas deficientes é o de reforçar as medidas de prevenção. E como não sublinhar, a este propósito, que os conflitos armados constituem, ainda hoje, uma das causas principais da invalidez e da deficiência?

Os membros da Federação Mundial de Antigos Combatentes sabem, pela sua experiência, que se os prédios e, as fábricas podem ser reconstruídas, se o tempo pode apagar os vestígios materiais das guerras, não se passa o mesmo com as suas vítimas que guardam, muitas vezes para toda a vida, as cicatrizes nos seus corpos e nos seus espíritos.

Como não recordar que os conflitos actuais atingem, cada vez mais, a população civil, que destroem o tecido social e o tecido familiar, que criam milhões de refugiados, muitas vezes duplamente diminuídos em resultado dos ferimentos recebidos e do seu desenraizamento? E também, as enormes dificuldades encontradas para a sua readaptação, pelo efeito cumulativo da destruição, em resultado das hostilidades, das instalações e dos serviços existentes e do aumento do número dos que deles precisavam.

A prevenção da deficiência e da invalidez implica, como absoluta necessidade, para a sobrevivência de todos, o recorrer a mecanismos de negociação, de arbitragem e de mediação, os quais existem, nomeadamente no quadro dos capítulos VI e VIII da Carta das Nações Unidas. Na grande maioria dos casos, o recurso às armas podia assim ser evitado e os enormes recursos humanos e financeiros desperdiçados no rearmamento e nos conflitos podiam ser utilizados para combater os sub-desenvolvimento e para a protecção do ambiente.

Os representantes dos organismos que me precederam evocaram a acção e empreender para a prevenção das outras causas de invalidez, para a readaptação e para a igualização das oportunidades, tais como são enunciadas no Programa de acção mundial. Eu quereria, pela minha parte, referir alguns pontos que nos parecem essenciais para atingir a sociedade para todos, pontos esses assentes na experiência de várias dezenas de anos de associações de antigos combatentes e vítimas de guerra.

E em primeiro lugar, a importância fundamental de uma concertação verdadeira com as organizações de e para pessoas deficientes, tanto no plano nacional como internacional. Não se trata de um qualquer privilégio, porque essas organizações são as únicas a ter uma visão conjunta dos problemas que as pessoas deficientes encontram no seu dia-a-dia e dos quais os serviços governamentais ou as equipas de readaptação não conhecem senão aspectos parciais e fragmentais. Ora, as medidas para a inte-



a conferência emitiu, no final, um comunicado no qual se abordam as várias questões analisadas e tratadas, designadamente a situação nos Balcãs; a aplicação das decisões da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa/CSCE, em especial no respeitante às possibilidades abertas às «organizações não-governamentais»/ONG; a repercussão das alterações verificadas na Europa Central e Oriental, com destaque para a necessidade de se evitarem discriminações e vinganças, em paralelo com a ajuda a prestar à reestruturação ou criação de organizações de antigos combatentes e à adequação da respectiva legislação.

Secretário-geral

Tendo estado em Portugal, como ELO então noticiou, para reuniões de trabalho e contactos com vista à realização em Lisboa, em 1994, da VI Conferência Internacional sobre Legislação, da FMAC, o secretário-geral da Federação, o mesmo concedeu, ao nosso jornal, na altura, uma pequena entrevista que tínhamos programado publicar nesta edição. No entanto, porque acabamos de receber, enviada pelo respectivo gabinete executivo, o texto do discurso que Serge Wourgaft pronunciou, em 12 de Outubro passado, na Assembleia-Geral da ONU, por ocasião do acto oficial da Década das Nações Unidas para a

rigir a vós em nome de 27 milhões de antigos combatentes, resistentes e vítimas de guerra, membros da Federação Mundial de Antigos Combatentes, em mais de 60 países dos cinco continentes.

Homens e mulheres que, tendo vencido os sofrimentos da guerra, que combateram lado a lado ou uns contra os outros, uniram os seus esforços para trabalhar em favor de um Mundo conforme os princípios da Carta das Nações Unidas e a Carta Internacional dos Direitos do Homem e para permitir, por uma troca de experiências, aligeirar os sofrimentos e melhorar a qualidade de vida das vítimas de guerra, e, de uma maneira geral, de todas as pessoas deficientes, quer se tratem de deficiências motoras, sensoriais ou cognitivas.

A realização de uma sociedade para todos, que é objectivo das discussões destes dois dias, pressupõe que as suas estruturas e o comportamento dos seus membros o permitam. E nesse sentido, a atitude da colectividade face às pessoas deficientes põe em causa princípios fundamentais:

— em primeiro lugar, o da igualdade de oportunidades para todos e a possibilidade de cada um utilizar plenamente as suas capacidades, quaisquer que elas sejam, ao serviço dos outros e da colectividade;

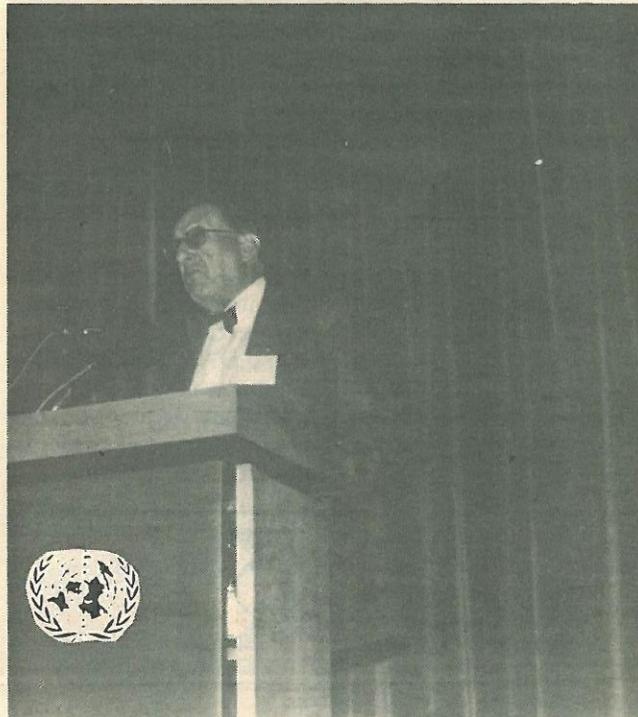
— em segundo, a concepção das estruturas administrativas, técnicas e sociais deve colocá-las ao serviço do indivíduo, deficiente ou não, com vista a permitir o seu desabrochamento e não conduzir à sua subjugação;

para determinar os que são incluídos e os que são excluídos? Não devemos, pelo contrário, tudo fazer para que a colectividade tire a sua harmonia e a sua riqueza da sua diversidade, permitindo a cada um participar plenamente no conjunto das suas actividades?

Aliás, a plena integração

tes não constituem, portanto, uma diligência categorial, mas inscrevem-se no conjunto da política social de que constituem elemento fundamental.

Mas entretanto, demasiadas vezes ainda, a acção em favor das pessoas deficientes tem uma contação caritativa, se bem que as medi-



das pessoas deficientes diz respeito à sociedade no seu conjunto.

Com efeito, por um lado, praticamente cada indivíduo, seja directamente seja no seu ambiente próximo, confrontar-se-á, numa qualquer momento da sua vida, com uma deficiência, seja por acidente, seja por doença, seja por envelhecimento.

Por outro, na quase totalidade dos casos, tudo o que é feito com contribuição para a autonomia da pessoa

das tomadas para a plena integração dos deficientes nos seus meios respectivos, com os mesmos direitos e as mesmas obrigações que todos os outros cidadãos, constitui não somente uma acção conforme o respeito dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, mas também um dos investimentos mais produtivos que uma colectividade pode fazer para o benefício dos seus membros.

Senhor Presidente:

Um dos objectivos do

(Continua na pág. 11)



FMAC

(Continuação da pág. 10)

gração devem, de forma evidente, ter em conta as percepções e as necessidades daqueles a quem se destinam.

A fim de permitir uma coordenação feliz, essa concertação deve incluir todos aqueles que tem responsabilidade no processo de integração, nomeadamente representantes das instituições especializadas das Nações Unidas e de outros organismos ou organizações interessados. As Comissões nacionais de coordenação podem jogar um papel fundamental neste domínio.

E também essencial que os arquitectos, os urbanistas, os transportadores e os construtores de materiais de transporte, tenham em atenção as observações das organizações de pessoas deficientes. Porque a acessibilidade, quer se trate de edifícios públicos ou particulares, de transportes ou de arranjos urbanísticos, constitui uma das condições fundamentais da autonomia de vida das pessoas deficientes e do progresso para a sociedade para todos.

A experiência tem demonstrado que a acessibilidade traz benefícios a toda a colectividade e deste que as disposições necessárias sejam tomadas no estúdio da concepção, elas não têm incidência financeira importante. É, portanto, essencial tê-las em conta em todos os esquemas de desenvolvimento.

As disposições tomadas em vista à sociedade para todos devem ser traduzidas na legislação. A este respeito, a Federação Mundial de Antigos Combatentes pode constatar a utilidade de troca de informações no plano nacional e internacional, entre todos os interessados. Ela realizou mesmo cinco conferência internacional sobre legislação de antigos combatentes e vítimas de guerra, com a presença de representantes de Governos e de organizações de

antigos combatentes. Estas conferências permitiram conhecer as necessidades e os desejos de uns e os constrangimentos, nomeadamente orçamentais, de outros, tendo-se, por uma troca de impressões, e na maior parte dos casos, chegado a decisões, tomadas de comum acordo, sobre a melhor adequação entre necessidades e possibilidades. Uma sexta Conferência terá lugar em Março de 1994, a qual examinará, especialmente, o doloroso problema das vítimas civis da guerra e a protecção legislativa de que devem beneficiar.

O conjunto de acções empreendidas para a plena integração das pessoas deficientes requer, de forma evidente, uma concertação e uma coordenação no plano internacional, em particular no âmbito das Nações Unidas. A troca de informações e de experiências sobre os esforços desenvolvidos, as dificuldades encontradas e os resultados obtidos, devem permitir obviar desperdícios e perdas de tempo, levar aos métodos mais apropriados, permitir beneficiar de transferências de tecnologia e aumentar a eficácia da indispensável informação e formação de pessoal.

O Secretariado das Nações Unidas deve dispôr, neste sentido, dos recursos humanos e financeiros necessários, o que está longe de ser o caso, actualmente.

Senhor Presidente, as trocas de opinião que se desenrolarão aqui, hoje e amanhã, o Programa de acção mundial, os outros documentos respeitantes à estratégia a desenvolver nos anos próximos e sobre as regras para uma igualização de oportunidades, devem permitir fazer face a este grande desafio do século XXI: construir uma sociedade para todos. acessível a todos.

A Federação Mundial de Antigos Combatentes entende para isso contribuir plenamente no quadro da sua experiência e das suas possibilidades.

VIII COLÓQUIO DA IMPRENSA MILITAR

Este ano em organização da revista «Pela Lei e pela Grei», da Guarda Nacional Republicana de que é director o coronel Ferreira Pinto, decorreu no respectivo Comando-Geral, ao Carmo, a oitava edição dos colóquios da Imprensa Militar, com a

quios e em todas as suas Conclusões.

Momento muito positivo, e primeiro grande fruto destes encontros, foi a apresentação, por parte do seu, pode-se dizer, grande ideólogo dr. Collares Pereira, antigo

e actual colaborador, respectivamente, da revista dos antigos alunos do Colégio Militar e da «Revista do Serviço de Administração Militar», do projecto final dos «Estatutos da Associação da Imprensa Militar», os quais dentro de dias seriam oficializados em Notário (NR: já foram!), sobre o que, seguidamente, os presentes se envolveram em viva troca de opiniões, ressaltando, no final, uma enorme, e esperanzada, expectativa pelo trabalho que pode ser desenvolvido por tal entidade, à qual, certamente, muitos órgãos da imprensa militar irão aderir.

A terminar o colóquio, e antes do simpático almoço com que os participantes foram absequeiados, foram apresentadas, discutidas e aprovadas as necessárias «Conclusões».

«a. É unânime o posicionamento de que a missão da Imprensa Militar se consubstancia em INFORMAR e FORMAR, devendo a informação suscitar a opinião crítica com as restrições consignadas no Art.º 31.º da Lei n.º 29/82.

b. Reitera-se o que vem sendo concluído em Colóquios anteriores quanto à necessidade de alterar o Art.º 31.º da Lei n.º 29/82, graciosamente limitativo da capacidade de expressão dos militares.

c. É essencial para a Imprensa Militar e afim, a definição, por parte das chefias militares, de uma POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO.

d. A formação jornalística afigura-se factor contributivo importante para a melhoria da qualidade da Imprensa Militar.

e. Tendo-se tomado conhecimento e analisado o articulado do Projecto de Estatutos da Associação de Imprensa Militar, os participantes, para além de se congratularem por se ter cumprido, assim, uma deliberação do Colóquio anterior, manifestam o desejo de que os objectivos neles apontados venham a ter concretização a curto prazo.

f. Importa prospeccionar o público consumidor da Imprensa Castrense e afim, recorrendo, designadamente, a inquéritos adequados.

g. Foi proposta e unanimemente aceite, por aclamação, a candidatura da Revista Militar, com vista à organização do IX COLÓQUIO DA IMPRENSA MILITAR.

h. Proposto, obteve aprovação unânime um voto de louvor à direcção da Revista «Pela Lei e Pela Grei», pela esmerada organização e condução do VIII Colóquio de Imprensa Militar ora findo.»

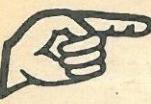


presença de directores, chefes de redacção e outros colaboradores de vários destes órgãos especializados da Comunicação Social, os quais, ultrapassando largamente, na totalidade dos seus títulos, a centena, cobrem, em edições nacionais ou regionais, com periodicidades diversas, todo o país continental, insular e emigrante, numa tiragem anual difícil de calcular mas que vai pra além, sem dúvida, do milhão de exemplares.

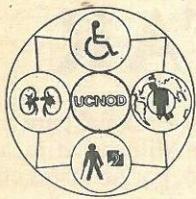
Subordinado ao tema genérico de «A Imprensa Militar, Instrumento de Formação», o encontro, a cujas sessões de abertura e encerramento presidiu o Comandante-Geral da GNR, general Francisco Cabral Couto, foi ocasião não só para a apresentação de interessantes comunicações («Informação, e Formação», pelo dr. Carlos Andrade, director-adjunto da TSF; «A Imprensa Militar e as suas necessárias finalidades actuais», pelo coronel Rio Carvalho, director do «Jornal do Exército» e «Uma voz nova para a Imprensa Militar», pelo coronel Rodrigues Figueiro, colaborador daquele Jornal e da revista «Pela Lei e pela Grei», como também para animados debates em torno das questões expostas e dos problemas vários com que se continua a debater a Imprensa Militar, nomeadamente no que refere às restrições consignadas, para o caso dos quadros, no artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, assunto que, aliás, tem sido tratado em todos os coló-



**COLABORANDO
E PARTICIPANDO
ENGRANDECES A ADFA
E PERSPECTIVAS
O TEU FUTURO!**



NOTICIÁRIO vário



V Congresso Nacional de Deficientes

Numa organização da União Coordenadora dos Organismos de Deficientes/UCNOD, realizou-se, este ano no Porto, em 24 e 25 de Outubro passado, o V Congresso Nacional de Deficientes, o qual contou com a presença de delegados de 21 associações portuguesas e convidados de congéneres espanholas, francesas e inglesas.

Com a finalidade de analisar tanto a situação actual, face à problemática da deficiência, da reabilitação e da (re)integração, nas suas variadas e interligadas vertentes, como o andamento e resultados obtidos no seguimento do IV Congresso, realizado em 89, e das respectivas conclusões, foram propostas três teses-chave para discussão:

- 1 — Movimento associativo;
- 2 — Situação social dos deficientes portugueses em 1989/92 — período de progresso ou de estagnação?;
- 3 — SNR — funcionamento e nova lei orgânica.

Com a participação muito activa de dezenas de delegados, as instalações da Faculdade de Economia do Porto foram palco para animadas e, quantas vezes, vigorosamente críticas intervenções e troca de opiniões, reflexo de um sistema que muito longe está — e talvez, esteja a afastar ainda mais — da realidade e das necessárias respostas para obviar aos problemas que se põem num país em que há ainda enorme carência de estruturas, quer humanas quer materiais e onde, para além da existência de grande número de deficientes congénitos ou por doenças adquiridas, os índices de acidentes caseiros, de trabalho, na estrada e com crianças não parecem estar a diminuir, apesar de serem dos mais elevados da CEE e da Europa, notando-se, ainda por cima, um elevado grau de desculpabilização por parte quer dos empregadores quer das seguradoras, para não falar já do próprio Estado e mesmo da sociedade em geral.

Com uma mão-cheia de exemplos mais ou menos recentes, envolvendo falta de apoios, corte de verbas, atrasos e outras anomalias, entre os quais os dos centros de hemodiálise, do sangue contaminado, da campanha de vacinação contra a hepatite B, do en-

sino especial, do sistema de participações, da lei laboral e do mercado de emprego, de subsídios e de pensões e mesmo de discriminações e diferença de tratamento entre diversas categorias de deficiências e entre deficientes civis e militares, os quais ainda não tendo conseguido tudo já obtiveram muitos, etc., os problemas colocados à discussão dos congressistas foram inúmeros e de grande importância/responsabilidade, tendo os mesmos sido, no final, considerados em novo Caderno Reivindicativo e divididos em 49 pontos, focando especialmente, e de forma aqui sucinta, áreas como recenseamento de deficientes; reabilitação; assistência médica e medicamentosa; programa de sensibilização e informação; cuidados primários de saúde; cartão nacional de deficiente; insuficientes renais e hemodiálise; barreiras arquitectónicas; créditos e juros bonificados; transportes; tempos livres, cultura, desporto e apoio social; ajudas técnicas e novas tecnologias; deficientes civis e militares; pensões, subsídios e reformas; centros de apoio; emprego, formação profissional e trabalho protegido; comunicação social; ensino especial e escolaridade obrigatória; SNR e política de reabilitação; associações de deficientes e representatividade; Ano Europeu para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho; Instituto Nacional para a Gestão dos Acidentes e das Doenças Profissionais (a criar) e art.º 71.º da Constituição.

Corpos Sociais

Em assembleia geral da UCNOD, realizada em Outubro, foram eleitos, para o triénio 92/95, os novos elementos dos seus órgãos sociais, entre os quais Angelina Mendes Baptista (APD), para presidente da mesa, e Orlando Nunes Alves (APD), para presidente da direcção.

AFID



Passeios de fim-de-semana

A Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente desenvolve um projecto denominado Passeios para Pessoas Deficientes, inscrito no plano «SOS Famílias», cujos objectivos fundamentais são, por um lado, proporcionar períodos de lazer e entretenimento bem como novas

experiências aos deficientes e, por outro proporcionar às famílias um tempo livre e próprio.

Iniciados os passeios, semanalmente aos sábados, no passado dia 17 de Outubro, abrangendo ainda apenas o distrito de Lisboa, os mesmos estão abertos não só às pessoas normalmente atendidas pela AFID como também a outras, incluindo os sócios da ADFA e de outras instituições.

Os interessados, tendo em atenção o número limitado de lugares em cada fim-de-semana, deverão contactar os respectivos serviços de atendimento — Quinta do Lambert, Rua Agostinho Neto, 30 E, 1700 Lisboa (Tel. 757 68 80) ou a sede da AFID — Bairro da Boavista Lote 45-5.º D, 1500 Lisboa (Tel. 70 53 35/70 53 45).

APFA

DROGA! Apoio às famílias

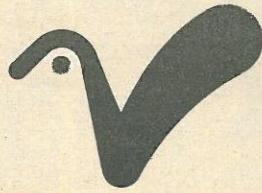
Porque a droga é hoje um flagelo que atinge, indiscriminadamente, um grande número de casas portuguesas, não sendo simples a aceitação da realidade por parte de muitos dos familiares, principalmente os mais chegados, dos toxicodependentes, talvez por culpa de uma má ou insuficiente informação sobre o assunto, como reconhecê-lo e enfrentá-lo, levando à impossibilidade de criar situações preventivas ou de procurar soluções convenientes ainda a tempo, foi com interesse que soube-mos da existência da Associação Portuguesa de Famílias Anónimas, a qual tem por finalidade o esclarecimento e a interajuda de familiares e amigos de pessoas com problemas relacionados com o consumo de substâncias que alteram o comportamento, pelo que entendemos dever dela dar conhecimento aos nossos leitores, no entendimento de que MAIS VALE PREVENIR DO QUE REMEDIAR!

Constituindo-se já em 25 grupos espalhados pelo país, ainda que a maior parte deles no distrito de Lisboa (também o mais afectado, cremos) e utilizando um sistema semelhante ao usado pelos «Alcoólicos Anónimos» ou pelos «Narcóticos Anónimos», embora não, como estes o são, dedicados aos próprios doentes mas, como se disse, aos seus familiares e amigos, a APFA desenvolve um programa de base fortemente espiritual, não sendo de cariz religioso (o que poderia fazer pressupor o facto de grande parte dos locais de reunião estarem ligados a igrejas), estando, portanto, aberto a todos e concentrando a sua atenção nos sentimentos e atitudes de

cada um dos seus elementos.

Para qualquer informação os interessados poderão dirigir-se, se quiserem anonimamente, por escrito, por telefone ou pessoalmente, a, por exemplo:

Algés — Grupo FA — Palácio Anjos, R. João das Chagas, 1495 Lisboa (reuniões às 5.ªs-feiras, das 19.15 h às 20.45 h, na sala de leitura. Contacto: Margarida, tel. 87 32 22); Lisboa — Grupo FA — Igreja S. João de Deus, sala 8, Pr. de Londres, 100 Lisboa (reuniões às 2.ªs-feiras, das 18.30 h às 20.00 h. Contacto: Maria Elvira, tel. 726 09 78); Oeiras — Grupo FA — Associação Desportiva de Oeiras, R. Cmdt. Germano Dias 44 A, 2780 Oeiras (reuniões às 4.ªs-feiras, das 19.00 h às 20.30 h. Contacto: Maria da Conceição, tel. 443 05 21).



INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR



COM O APOIO FINANCEIRO DA CEE

Campanha de segurança infantil

A campanha de segurança infantil dinamizada pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor foi objecto, no passado dia 7 de Outubro, e através de uma conferência de Imprensa sobre os acidentes infantis em Portugal, de forte relançamento, tendo-se seguido, como acções



CAMPANHA DE SEGURANÇA INFANTIL

imediatas, envio de circulares, acompanhadas de prospectos e desdobráveis, a cerca de 40 000 professores primários, 4000 párocos, 305 presidentes de Câmara, Imprensa Regional e rádios locais e passagem, na televisão, de pequenos filmes-anúncio.

ELO, que na secção «Mas as crianças, senhoras...» desta edição publica um artigo inédito amavelmente enviado por aquela entidade, irá dedicar, futuramente, mais algum espaço a este tema.

AMBIENTE

Assembleia Geral da Globe, em Lisboa

Que ilusão tinha Zezé quando, nesse maravilho-

so «Meu Pé de Laranja Lima» considerava que «quando crescesse iam ver só. Ia comprar uma selva amazónica e todas as árvores que tocavam no céu, seriam minhas.»

(Por isso talvez que José Mauro de Vasconcelos chamou a este episódio, «História de um meninozinho que um dia descobriu a dor...»).

É que, através das intervenções e das considerações produzidas durante a recente VI Assembleia Geral da Globe Internacional, realizada de 9 a 11 deste mês em Lisboa, pelos seus representantes, membros do Parlamento Europeu, do Congresso dos Estados Unidos, do Soviete Supremo da Rússia e da Dieta (Parlamento) japonesa, as quais confrontam criticamente as orações políticas de ocasião de alguns dirigentes, ficou-se a saber que, cinco meses passados sobre a Conferência do Rio de Janeiro (ECO/92), e mesmo

não tendo sido nesta conseqüida fácil concórdia, e ainda menos assinaturas, para vários importantes documentos que pretendiam, apenas, salvaguardar para os nossos filhos, uma Terra e um ambiente os mais saudáveis possível pouco ou nada tem sido na realidade, feito.

Para além de, em Lisboa, se terem preconizado várias medidas a curto, médio e longo prazo, substanciadas num caderno sintomaticamente chamado de «A Estrada que Vem do Rio», e que aposta fortemente na actuação, fruto de reforma efectiva, das Nações Unidas, uma outra grande esperança nasceu aqui: é que Al Gore, uma das figuras mais proeminentes quer no Rio quer em anteriores lutas pela defesa do ambiente. e por tal criticado pelo presidente Bush, que, como se sabe, recusou aceitar algumas das mais importantes decisões da ECO/92, acabava de ser eleito vice-presidente americano!

AMNISTIA INTERNACIONAL

— contra o esquecimento

Coincidindo com uma exposição colectiva de artes plásticas de cerca de trinta artistas, revertendo a receita da venda das obras doadas integralmente para a Amnistia Internacional, e que esteve patente em Belém, no Padrão dos Descobrimentos, a SIC começou a apresentar, diariamente e pelas 19.50 h, antes do seu Jornal da Noite, uma série notável denominada «Contra o Esquecimento», correspondendo cada episódio a uma carta/denúncia, enviada a políticos e dirigentes, de atentados graves contra os direitos humanos, lida so-

bre um filme que retrata os próprios factos que vão sendo narrados.

Baseada num desafio lançado o ano passado pela AI a vários realizadores, dá a conhecer casos ocorridos em diversos países e ocasiões, alguns dos quais, por força da pressão pública internacional, foram entretanto resolvidos.

Embora já não valha a pena desafiar o leitor para ir à exposição, entretanto encerrada, dizemos-lhe para não perder os episódios que ainda faltam da série. É CONTRA O ESQUECIMENTO, GRAVE-OS SE PUDE!



SEDE - DELEGAÇÕES - NÚCLEOS

SEDE

Reuniões com os núcleos de Lisboa

Durante o corrente mês, elementos do concelho Nacional por Lisboa e o responsável do Serviço de Apoio Psicossocial e médico, deslocaram-se, para efectuar reuniões de trabalho, aos Núcleos de Aveiras de Cima (+Azambuja / Alenquer / Cartaxo) de Alcobaça e de Peniche, com vista a trocarmos várias informações de carácter associativo e procedermos ao estudo das realidades associativas para o ano de 1993.

Em Aveiras de Cima, no dia 4 de Novembro, realizou-se a primeira destas reuniões, tendo-se encontrado uma proposta de acções a desenvolver no próximo ano e, que inclui uma série de actividades que são um verdadeiro desafio para a Comissão Instaladora do Núcleo mais jovem da ADFA:

1. Prova de atletismo;
2. Concurso de pesca;
3. Noites de fados;
4. II Encontro Nacional de Núcleos (Maio) e
5. Levantamento e caracterização dos sócios do Núcleo.

É de realçar que, por deliberação da Direcção Central, pertencerá a este Núcleo a organização do II Encontro Nacional, que se pretende que seja a continuação dos trabalhos.

Trabalhos iniciados o ano passado em Alcobaça e, cuja realização deverá ocorrer incluída nas comemorações do 19.º Aniversário da ADFA.

Em 6 de Novembro, realizou-se a reunião de trabalho com a Comissão Instaladora do Núcleo de Alcobaça, na qual participou também o presidente da direcção central, tendo os seus elementos reafirmado o mesmo empenho de sempre, propondo-se, no próximo ano, realizar pelo menos um encontro de convívio associativo e, fazer um levantamento piloto dos sócios e infraestruturas da sua área, o que constituirá um ensaio para o que se pretende levar a efeito neste campo, a nível nacional. Assim, os sócios preencherão a no-

va ficha, a aprovar brevemente, e será feito um levantamento a todas as infraestruturas da região com vista aos associados das suas necessidades e dos locais onde poderão encontrar apoios imediatos. É de referir que todos estes dados serão objecto de tratamento informático adequado.

A terceira reunião teve lugar no dia 21 seguinte, nas instalações da Câmara Municipal de Peniche, tendo estado presente, pela respectiva Comissão Instaladora, apenas um dos seus elementos.

Depois da habitual troca de informações, os presentes analisaram e discutiram as razões pelas quais no

Núcleo de Peniche, outrora obreiro de grandes realizações associativas, tem, desde já cerca de 4 anos, vindo a decrescer as suas actividades, foram encontradas as razões que teriam levado à desmobilização quer da sua comissão quer também dos próprios associados, considerando-se, no entanto, haver boas hipóteses de se reiniciarem normais relações com as Câmara Municipal de Peniche, CERES, organizações de e para pessoas com deficiência, notários e instituições que prosseguem também objectivos de solidariedade social, desde que seja restabelecida a confiança na ADFA, através de um trabalho consequente, coerente e responsável.

Decidiu-se assim, propor à Direcção Central que nomeie uma nova Comissão Instaladora, representativa dos concelhos de Peniche, Bombarral, Óbidos, Caldas da Rainha e Lourinhã e que reactive todos os mecanismos conducentes a um normal funcionamento da vida associativa, naquela área, contando-se, para tal, com o empenhamento de todos os sócios que são sempre — no fundo — a razão de ser da ADFA, que todos criámos e projectámos no futuro.

Todas estas acções estão a ser desenvolvidas pelo Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais — AD-SC da sede, o que, em colaboração com os elementos do Concelho Nacional por Lisboa, fará a ligação administrativa e associativa entre os Núcleos e a Direcção Central, de acordo com o

Plano Intercalar de Acções oportunamente aprovado.

Pretende-se que as actividades a desenvolver pelos Núcleos da área de Lisboa, para 1991, sejam concluídos no Programa de Actividades da Direcção Central a ser aprovado pelo Conselho Nacional da ADFA, para que, de uma maneira coordenada e responsável, cada Comissão Instaladora saiba «á priori» os meios de que dispõe para levar à prática as suas iniciativas a nível local.

ÉVORA

Convívio de NATAL-92

Convidam-se todos os sócios a comparecerem a este convívio que terá lugar no dia 20 de Dezembro pelas 12 horas, no Restaurante «Pátio Alentejano», o qual se situa na Estrada das Alcáçovas, perto da Mercedes, em Évora.

Haverá uma pequena animação durante a tarde, sendo distribuídas às crianças pequenas lembranças de Natal.

A «multa» será de 1000\$00 por pessoas, suportando a Delegação o restante. As crianças até 12 anos, inclusive, não pagarão.

As inscrições poderão ser feitas pelo telefone 066/23473 ou por carta para:

DELEGAÇÃO DA ADFA DE ÉVORA

Rua dos Deficientes das Forças Armadas — Ed. DRY

7000 Évora.

Terminando o prazo no dia 15 de Dezembro.

Nota: O convite destina-se aos sócios com as quotas em dia. No entanto, o mesmo também se

estende para os que têm as quotas com 2 (dois) anos em atraso.

FARO

Festa de Natal

Mais uma vez a Delegação leva a efeito, nas suas instalações, a tradicional Festa de Natal, este ano no dia 19 de Dezembro (sábado), a partir das 16 horas.

Para este convívio, que para além de «comes e bebes» contará com a actuação de um conjunto musical, as inscrições deverão ser feitas até às 18 horas do dia 17, na Delegação, por escrito ou através do telefone 089/28 515.

PORTO

Mensagem-convite

Caro associado:

Um ano mais se aproxima do seu termo, o que nos vem recordar a comemoração de duas efemérides que tem sido ponto de honra da nossa Delegação assinalar:

a Festa de Natal e o aniversário (18.º) da Delegação.

Este ano pretendemos concentrar estas comemorações nos dias 5, 6, 7 e 8 de Dezembro, para o que elaborámos o seguinte programa:

dia 5 (sábado) — 13 horas — almoço e convívio, como é habitual nos primeiros sábados de cada mês;

dia 6 (domingo) — 9 horas — manhã recreativa;

13 horas — almoço de aniversário na Delegação;

17 horas — apresentação de Sá Flores e do seu livro «Viúvos de guerra»,

pelo sócio Filipe Azevedo, estando presente o autor durante o dia, na Delegação, para lançamento desta sua obra:

dia 7 (2.ª-feira) — 13 horas — almoço dos órgãos sociais com os trabalhadores da Delegação e sócios que se queiram associar ao acto;

22 horas — noite de fados com caldo verde (e para maior animação... cada um leva a sua ceia!);

dia 8 (3.ª-feira) — 15 horas — Festa de Natal destinada às crianças até aos 12 anos, na Delegação, com distribuição de prendas e lanche.

Para mais informações, devem os sócios interessados contactar a Delegação, quer pessoalmente quer pelo telefone (02) 82 04 03.

A Direcção da Delegação

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Festa de Natal

No dia 6 de Dezembro de 1992, domingo, realizar-se-á a nossa festa de Natal/92, no cinema «Cine-Teatro Augusto Correia», com início às 09h30.

Do programa fazem parte os habituais palhaços. Um ilusionista, um ventríloquo. Um cantor de músicas para crianças e o nosso já habitual sorteio, entre todos os presentes, de uma bicicleta «BMX». A realizar durante o intervalo do espectáculo.

A entrada no cinema está aberta a todos os associados, seus familiares e amigos.

Só terão direito a brindedos as crianças dos 0 aos 12 anos, inclusive, previamente inscritas pelos pais. Conforme nossa circular com boletim de inscrição enviada para a residência dos nossos associados.

Informamos também que o nosso sorteio de Natal/92, tem como 1.º prémio um TV a cores, 2.º prémio um forno micro ondas e 3.º prémio uma fritadeira.

Finalmente, lembramos aos nossos associados que os brinquedos só podem ser levantados pelos próprios, sendo obrigatória a apresentação do cartão de sócio com as quotas em dia.

CALENDÁRIO ASSOCIATIVO

27/11/92 (sexta-feira) — Reunião sobre revisão estatutária, para órgãos sociais, às 21h00;

06/12/92 (domingo) — Festa de Natal no Cine-Teatro Augusto Correia, com início às 09h30;

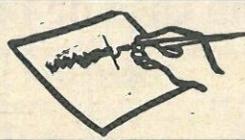
09/12/92 (quarta-feira) 10/12/92 (quinta-feira) — Participação no «Dia Nacional do Deficiente»; 11/12/92 (sexta-feira)

12/12/92 (sábado) — Reunião sobre revisão estatutária, para todos os associados, na delegação, com início às 15h00;

1/12/92 (sábado) — Reunião sobre revisão estatutária, para os sócios da área do núcleo de Guimarães, nas instalações do núcleo, com início às 15h00.

Alteração a telefone

Chama-se a atenção para a alteração que sofreu o número de telefone da Delegação, o qual passou a ser: 32 28 48



ESCREVEM OS SÓCIOS...

Nesta secção, mais uma vez a presença do nosso sócio, e colaborador, Jorge Lage, debruçando-se hoje sobre a importante e actual questão da revisão estatutária.

Mais democracia, mais responsabilidade

Ao receber o jornal ELO de Novembro, ficámos bastante sensibilizados pela vitalidade mostrada pela ADFA na oportuna revisão estatutária, ao aparecerem duas propostas, o Projecto A, resultante da compilação feita pela Comissão de Revisão de cinco trabalhos provenientes das várias delegações e o Projecto B, fruto do trabalho voluntarioso de um punhado de sócios (oito) da delegação do Porto.

Dado o nulo contributo que temos dado à ADFA, quase não temos «moral» para apreciarmos o trabalho dos outros sócios. Contudo, após calcularmos as muitas horas de trabalho gratuito, para bem de todos, sentimo-nos no dever de «dar a César o que é de César».

O Projecto A e o Projecto B vão dar a possibilidade de opção, o que por si só já deve ser reconfortante para os vários intervenientes. Mas se de um e outro grupo virem o Projecto contrário com estímulo, a ADFA estará a enveredar por um caminho mais fértil e mais promissor, porque a falta de diálogo ou de opções conduzem inevitavelmente ao estíloar e definhamento da vida associativa.

Uma medida inovadora

neste campo a ser aprovada, é a lei da proporcionalidade para os diversos órgãos. Estamos convictos de que deste modo a ADFA se vai tornar mais activa e mais participativa. Porque o cavar trincheiras em que o campo adversário é sempre o mau, encerra em si mesmo um raciocínio falacioso.

Todos queremos colocar a ADFA em novos e oleados trilhos, porque quem lhe queira deitar pedregulhos não mingua no exterior. Vamos tirar o chapéu ao Projecto B, porque ele é um exemplo de que só não colabora com a ADFA quem não quer. A muitos de nós é-nos mais fácil criticar do que produzir; que o esforço de poucos nos leve a reflectir e a colaborarmos mais com a Associação. Não po-

demolhar para a ADFA como uma «vacca leiteira», da qual só recebemos. É preciso também darmos o nosso contributo à causa de todos, para que um dia não seja tarde de mais.

A descentralização, a modernização, a separação de poderes dos vários órgãos, a responsabilidade uninominal dos representantes dos cargos e a solidariedade activa, são algumas das linhas-força que vão levar a ADFA a vencer o desafio que nos bate à porta.

A todos os que contribuem para uma ADFA que tem sempre como horizonte a solidariedade e a fraternidade entre os homens de boa vontade, desejamos Boas-Festas.

Jorge Lage

DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

ADFA promove jornada de reflexão

A fim de, em conjunto com outras organizações e entidades, fazer uma análise alargada sobre a temática da deficiência e da reabilitação, a ADFA, associando-se às comemorações do «Dia Nacional do Deficiente», cuja data oficial é 9 de Dezembro, entendeu promover, na

Sede, no próximo dia 7 (2.ª-feira), a partir das 15 horas, um «encontro de reflexão» para o qual propõe quatro grandes temas:

- a participação;
- a informação;
- a intervenção social
- a solidariedade.

COMPARECE! A TUA PRESENÇA SERÁ FACTOR DETERMINANTE DO ÊXITO DA INICIATIVA E PROVA DE QUE SÃO OS DEFICIENTES QUE DEVEM TER A MAIS FORTE PALAVRA NOS ASSUNTOS E DECISÕES QUE LHE DIZEM RESPEITO.

Viaturas RENAULT

CORES OPACAS EM VIGOR A PARTIR DE 02-11-92

MODELO	PREÇO BASE	P.V.P.
RENAULT CLIO RL 1.1-3 PORTAS	1 093 728\$00	1 555 199\$00
RENAULT CLIO RL 1.1-5 PORTAS	1 154 725\$00	1 625 956\$00
RENAULT CLIO RN 1.2-3 PORTAS	1 237 615\$00	1 758 064\$00
RENAULT CLIO RN 1.2-5 PORTAS	1 300 402\$00	1 830 896\$00
RENAULT CLIO RN 1.2-3 PORTAS	1 387 785\$00	1 932 261\$00
RENAULT CLIO RN 1.2-5 PORTAS	1 449 357\$00	2 003 684\$00
RENAULT CLIO RN 1.4-3 PORTAS	1 436 990\$00	2 221 185\$00
RENAULT CLIO SPORT-3 PORTAS	1 386 808\$00	2 162 974\$00
RENAULT CLIO BACCARA-3 PORTAS	2 014 961\$00	2 891 632\$00

NOVO RENAULT 19 DE 4 PORTAS

RENAULT 19 RL 1.2	1 534 667\$00	2 145 792\$00
RENAULT 19 RN 1.2	1 609 124\$00	2 232 162\$00
RENAULT 19 RN 1.4E	1 679 582\$00	2 508 073\$00
RENAULT 19 RT 1.4E	1 896 980\$00	2 760 255\$00
RENAULT 19 RTI 1.4E	2 132 218\$00	3 033 131\$00

NOVO RENAULT 19 DE 5 PORTAS

RENAULT 19 RL 1.2	1 534 667\$00	2 145 792\$00
RENAULT 19 RN 1.2	1 609 124\$00	2 232 162\$00
RENAULT 19 RN 1.4E	1 679 582\$00	2 508 073\$00
RENAULT 19 RT 1.4E	1 896 980\$00	2 760 255\$00
RENAULT 19 RTI 1.4E	2 132 218\$00	3 033 131\$00

RENAULT 21 GTL BICORPO	1 876 063\$00	2 745 329\$00
RENAULT 21 GTL TRICORPO	1 876 063\$00	2 745 329\$00

RENAULT EXPRESS BREAK 5 LUGARES	1 529 860\$00	2 143 870\$00
---------------------------------	---------------	---------------

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

RENAULT 19 RN 1.4-5 PORTAS	1 842 782\$00	2 697 385\$00
RENAULT 19 RT 1.4-5 PORTAS	2 060 180\$00	2 949 567\$00
RENAULT 19 RN 1.4-4 PORTAS	1 842 782\$00	2 697 385\$00
RENAULT 19 RT 1.4-4 PORTAS	2 060 180\$00	2 949 567\$00

RENAULT CLIO 1.4 BACCARA-3 PORTAS	2 178 161\$00	3 080 943\$00
-----------------------------------	---------------	---------------

TRANSFERÊNCIA + TRANSPORTE

RENAULT CLIO	18 505\$00
RENAULT 19	23 230\$00
RENAULT 21	23 230\$00
RENAULT EXPRESS	26 380\$00

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. Os valores da pintura metalizada variam entre os 22 452\$00 e os 32 219\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

DESCONTOS ESPECIAIS AOS SÓCIOS

PONTO DE ENCONTRO

Em «Ponto de Encontro» já aconteceu, como se sabe, referir quer convívios entre antigos combatentes quer algumas das muitas lembranças e estórias trazidas das «campanhas» e impressas para a posteridade em livros e outros escritos. No entanto, e o facto causou-nos bastante surpresa, agradável até pelo magnífico aspecto e pelo excelente conteúdo, o aparecimento de um pequeno opúsculo/recorção de uma unidade a nível de batalhão é, julgamos,

qualquer coisa de novo e, pelo trabalho, dedicação e até certamente despesa, deveras surpreendente.

Ao BCaç. 1891 e ao mentor de «O Batalhão», Manuel Pedro Dias, também seu principal redactor, os nossos parabéns e o desejo de longa e saudável vida de confraternização.

(Os eventuais interessados podem escrever, e pedir o n.º 0 da revista, para: Quinta Nova, lt. 23-3.º, dt.º, 2675 ODIVELAS).

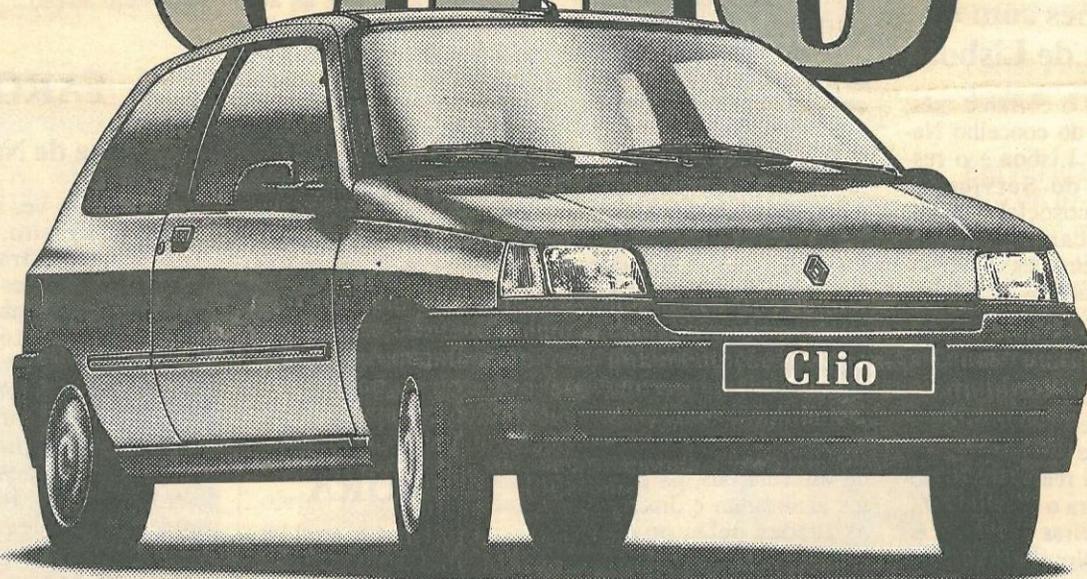
O BATALHÃO

Ano 1992 N.º 0



Encargos anuais mínimos 125 900\$00 (Clio 1.1) e máximos 132 900\$00 (Clio 1.4). Consumo 15.000 Kms 123 900\$00/132 900\$00; seguro obrigatório de responsabilidade civil 21 983\$00; impostos obrigatórios 2 840\$00/4 630\$00. Cálculo com base em gasolina Eurosuper, Nov/90.

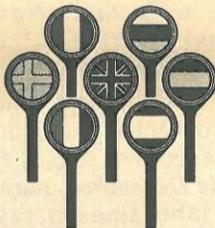
Clio



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível. Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém? Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

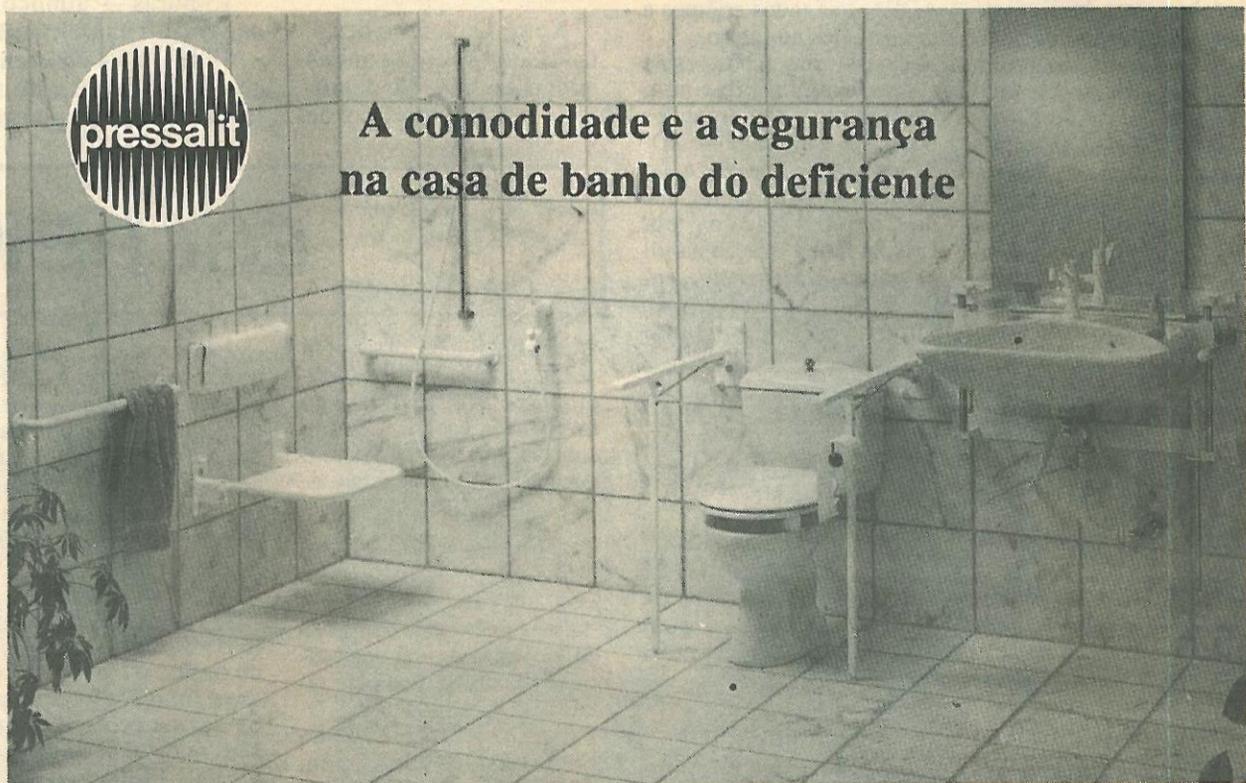
RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA



A comodidade e a segurança na casa de banho do deficiente



GRENOs—REP. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA.
TELEFONES 91390-91195-91550-91573-TELEX 37186 SONERG P
VARIANTE DE CACIA-APARTADO 143
3802 AVEIRO CODEX

bigmate
Materiais de Construção, Lda.
RUA MARIANO PINA, 3-A
TELEFONE 741117 - FAX 741378
TELEX 64725 BIGMA P
APARTADO 4388
1508 LISBOA — PORTUGAL

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Quase que nos custa ir mantendo esta secção, não só porque, como temos dito, no edifício em acabamentos pouco são visíveis, do exterior, as obras, como também os números que há para apresentar são bastante escassos, levando-nos a perguntar se os sócios se contentarão em ter como Sede apenas paredes e corredores...

Transporte (OUT92)..... 10 975 523\$20

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
11882	Silvério F. Costa.....	10 000\$00
8640	Joaquim F. G. Santos.....	10 000\$00
503	Artur S. Martins.....	10 000\$00
5539	José T. Rodrigues.....	1 000\$00
3265	Aníbal J. Pereira.....	5 000\$00
1052	Artur V. Anes.....	3 000\$00
(Faro)		
7105	José M. Candeias.....	2 100\$00
(Porto)		
8886	Fernando A. Neiva.....	10 000\$00
5249	Florindo C. Costa.....	1 500\$00
9298	Orlando S. Antunes.....	1 500\$00
6545	António R. Barros.....	1 000\$00
12322	Manuel S. Pereira.....	1 500\$00



6548	Domingos B. Gonçalves.....	2 600\$00
8510	Edmundo P. Silva.....	10 000\$00
7788	Amaro B. Pereira.....	10 000\$00

(Setúbal)

8300	António M. Nobre.....	1 000\$00
793	Manuel M. P. Gonçalves.....	1 000\$00
4500	Manuel J. G. Caeiro.....	1 000\$00
1705	António C. Carvalhinho.....	1 000\$00
2077	António M. Pereira.....	1 000\$00
9717	Armando T. R. Pereira.....	1 000\$00
2078	Domingos C. Pires.....	1 000\$00
5373	Leonel J. Rosa.....	5 000\$00
2367	Joaquim A. Raposo.....	1 000\$00
4636	Aristides F. Santinho.....	1 000\$00
10 432	José M. O. Soares.....	5 000\$00

(V. N. Famalicão)

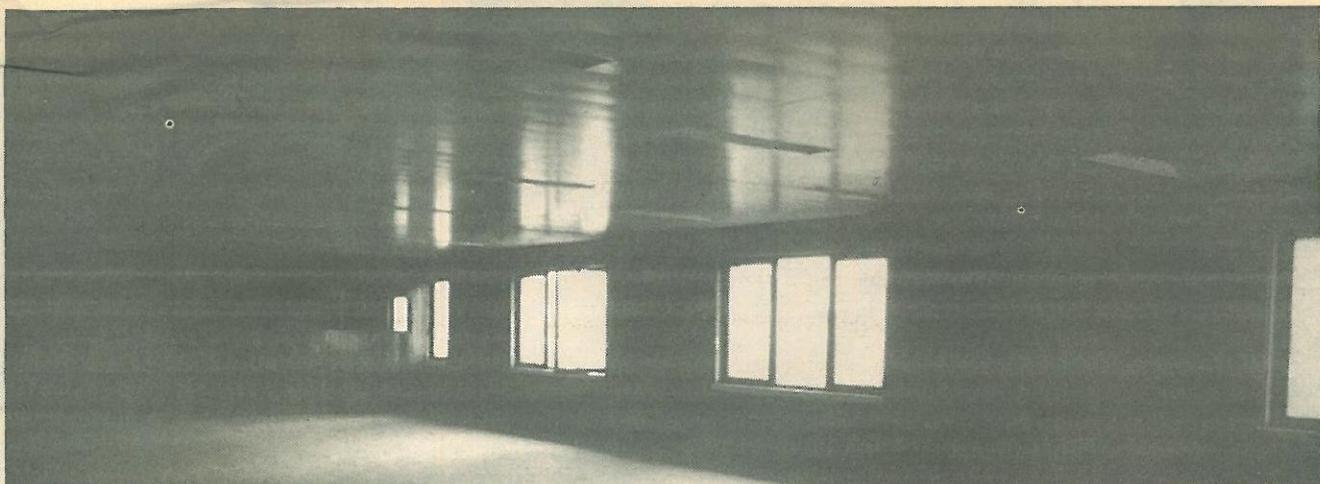
2051	Jorge M. S. Cunha.....	1 350\$00
1294	João R. Sousa.....	2 000\$00

NÃO SÓCIOS

	Luís F. Figueiredo.....	3 000\$00
--	-------------------------	-----------

A transportar (NOV92)..... 11 080 073\$20

Em relação à campanha da Comissão de Angariação de Fundos, temos a acrescentar o donativo de 100 000\$00 da empresa ETERMAR.



SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL

Médico: sócio dr. Fernando Brito Terças e sextas-feiras, às 13 h.

PSIQUIATRIA

Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 h.

PSICOLOGIA

dr.ª Paula Frazão
Consulta de jovens — Consulta de adultos
Stress da guerra
Segundas, Terças, Quartas e Quintas-feiras, 10/12 h.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

dr.ª Paula Frazão Sextas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

SERVIÇO SOCIAL

Técnica de Serviço Social:
dr.ª Gracinda Benedito
Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

CONTENCIOSO

ADVOGADO

dr. António Carreiro — 3.ªs e 5.ªs-feiras a partir das 14.00 h.
(Marcação prévia por telefone 01/3462167/8 ou pessoalmente)

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE

Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA

Segundas a sextas-feiras
10H00/14H00
15H30/18H00

SECÇÃO FOTOGRÁFICA:

Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, Fátima, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 3462167/8.
- As consultas de psicologia e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 01/3426247.

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

- Informações
- Inscrições para a formação profissional dr.ª Manuela Bessa
- Consultas de Fisiatria
- Consultas de Psiquiatria D. Helena Soeiro

Av. João Paulo II — Arcozelo Telef: 762 91 15 / 762 98 15/76 98 40
- 4405 Valadares/Gaia Fax: 7629065

Transportes Delegação do Porto — Centro

ADFA	Centro	ADFA
9.30	12.30	13.00
14.00	17.00	17.30

Dias de consulta no HMR 1:

- Ligação ADFA/Porto-HMR1-Centro-ADFA/Porto

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 374 924\$00
UNO 455P	1 159 699\$00	1 563 924\$00
UNO 60 3P	1 117 554\$00	1 576 924\$00
UNO 60 5P	1 183 071\$00	1 652 924\$00
UNO DIESEL 3P	1 276 979\$00	1 910 924\$00
UNO DIESEL 5P	1 406 281\$00	2 060 924\$00
TIPO 1.400 S	1 460 101\$00	2 218 069\$00
TIPO 1.700 D	1 527 354\$00	2 847 644\$00
TEMPERA 1,4 SX	1 747 605\$00	2 551 574\$00
TEMPERA 1.4 (carrinha)	1 788 252\$00	2 592 924\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 - 2 P.	1.492.913\$00	2.265.553\$00
GOLF CL 1.4 - 4 P.	1.531.985\$00	2.310.877\$00
GOLF GL 1.4 - 2 P.	1.773.978\$00	2.591.588\$00
GOLF GL 1.4 - 4 P.	1.813.063\$00	2.636.927\$00
VENTO CL 1.4	1.690.160\$00	2.494.360\$00
VENTO GL 1.4	1.982.385\$00	2.833.341\$00
PASSAT CL TD	2.840.667\$00	4.143.602\$00
PASSAT GL TD	3.270.075\$00	4.641.716\$00
PASSAT VAN CL TD	3.017.182\$00	4.384.360\$00
PASSAT VAN GL TD	3.477.427\$00	4.882.244\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 19H30, para Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

ADFA — Delegação do Porto

Apoio aos sócios

- Compra de viaturas de qualquer marca
- Aquisição de pneus com desconto

A Delegação tem ao dispor dos seus associados um serviço que os apoiará na compra de viatura própria, o qual se encontra à disposição de todos, independentemente de estarem, ou não, abrangidos por legislação específica de isenção de impostos.

Para obterem informações mais detalhadas, devem os interessados contactar:

- gabinete de apoio aos órgãos da Delegação (sócio Abel Fortuna), pelo telefone 02/82 04 03, ou
- o colaborador da Direcção, sócio Américo Meireles, que atende nos primeiros sábados de cada mês, ou pelos telefones 02/82 04 03 e 02/995 58 60.

Quotas: adere

ao novo sistema!



ELO

PORTE
PAGO

ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XVIII — N.º 204

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — NOVEMBRO 1991 — 80\$00

FAZ AGORA UM ANO...

BASTA!

No aniversário do ELO, reafirmada a solidariedade da ADFA para com o povo de Timor-Leste

Agência Lusa